

Universidade Federal de Uberlândia
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
Instituto de Economia e Relações Internacionais

PEDRO VINÍCIUS FREITAS PITILLO

**A PRESENÇA CHINESA NA AMÉRICA LATINA: A Nova Relação de Dependência
do Brasil com a China**

UBERLÂNDIA

2023

PEDRO VINÍCIUS FREITAS PITILLO

A PRESENÇA CHINESA NA AMÉRICA LATINA: A Nova Relação de Dependência do
Brasil com a China

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, da Universidade Federal de Uberlândia como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Linha de pesquisa: Economia Política Internacional

Orientadora: Marisa Silva Amaral

UBERLÂNDIA

2023

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

P684 Pitillo, Pedro Vinícius Freitas, 1999-
2023 A Presença Chinesa na América Latina [recurso
eletrônico] : a nova relação de dependência do Brasil
com a China / Pedro Vinícius Freitas Pitillo. - 2023.

Orientadora: Marisa Silva Amaral.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de
Uberlândia, Pós-graduação em Relações Internacionais.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2023.514>
Inclui bibliografia.

1. Relações Internacionais. I. Amaral, Marisa Silva,
1982-, (Orient.). II. Universidade Federal de
Uberlândia. Pós-graduação em Relações Internacionais.
III. Título.

CDU: 327

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1J - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4595 - www.ppgri.ie.ufu.br - secppgri@ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais -PPGRI				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, número 82, PPGRI				
Data:	04 de setembro de 2023	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	16:10
Matrícula do Discente:	12112RIT009				
Nome do Discente:	Pedro Vinícius Freitas Pitillo				
Título do Trabalho:	A Presença Chinesa na América Latina: A Nova Relação de Dependência do Brasil com a China				
Área de concentração:	Política Internacional				
Linha de pesquisa:	Economia Política Internacional				
Projeto de Pesquisa de vinculação:					

Reuniu-se por meio de tecnologia de webconferência do Instituto de Economia e Relações Internacionais, em sessão pública, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, assim composta: Professores(as) Doutores(as): Pedro Lucas Dutra Salgado - Oxford Brookes University; Filipe Almeida do Prado Mendonça - PPGRI-UFU; Marisa Silva Amaral - PPGRI-UFU; orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Marisa Silva Amaral - PPGRI-UFU, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Marisa Silva Amaral, Professor(a) do Magistério Superior**, em 04/09/2023, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Lucas Dutra Salgado, Usuário Externo**, em 05/09/2023, às 10:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Filipe Almeida do Prado Mendonça, Presidente**, em 08/09/2023, às 07:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4747961** e o código CRC **0ED1F5D5**.

A PRESENÇA CHINESA NA AMÉRICA LATINA: A Nova Relação de Dependência do
Brasil com a China

Dissertação aprovada para a obtenção do título de
Mestre no Programa de Pós-Graduação em
Relações Internacionais da Universidade Federal
de Uberlândia (PPGRI-UFU) pela banca
examinadora formada por:

Uberlândia, 04 de setembro de 2023

Dra. Marisa Silva Amaral (Orientadora)

Universidade Federal de Uberlândia

Dr. Filipe Almeida de Prado Mendonça

Universidade Federal de Uberlândia

Dr. Pedro Lucas Dutra Salgado

University of Portsmouth

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar devo agradecer aos meus pais, Giovanni Ferreira Pitillo e Silvana Assis Freitas Pitillo, por me ensinarem como estudar e por me proporcionarem suporte emocional e financeiro para que eu pudesse seguir a jornada acadêmica que trilhei até hoje. Agradeço também a minha tia, Maristela Pitillo, por ser, além de tia, uma verdadeira amiga que sempre esteve ao meu lado.

Não posso deixar de agradecer a Christian Brasil de Paula, Emely Verona, Laura Peixoto, Débora Lemos, Bruno Rabelo, Isabela Caetano, Gabriel Vendramelli e Isabel Wathier, pela amizade desenvolvida nos últimos anos. Agradeço também ao Gustavo Freitas, Pedro Salgado e Luis Calegari pela amizade construída no grupo de estudos, que muito contribuiu para o meu desenvolvimento acadêmico. Agradeço à Bruna Amuy pelo companheirismo e cumplicidade.

Além dessas pessoas, devo agradecer também aos professores do programa, bem como o secretário e meus colegas que estiveram ao meu lado durante o decorrer do mestrado, enfrentando junto comigo os ataques à ciência e as dificuldades impostas pelo período de pandemia. Sou também grato à FAPEMIG por financiar minha pesquisa.

Por fim agradeço à pessoa responsável pela minha orientação, a professora Marisa Silva Amaral que me ajudou a construir a presente dissertação.

RESUMO:

A presente pesquisa busca compreender de que modo a China tem desenvolvido com a América Latina, em especial com o Brasil, uma relação centro-periferia. A dissertação se concentra em estudar tal processo do ano de 2001 até 2020. Nesse sentido, a hipótese que será desenvolvida é: o Brasil, por ser um país que apresenta um parque industrial mais “avançado” dentro dos parâmetros latino-americanos, tem como consequência de curto-médio prazo a desindustrialização da economia como resultado da presença chinesa no continente. Isso se dá uma vez que os bens de alto teor tecnológicos chineses concorrem com os brasileiros. Tal cenário apresenta uma espécie de ciclo vicioso onde o Brasil assume a posição de país exportador de *commodities* agrícolas e minerais, fornecendo para a RPC alimentos e insumos industriais, enquanto consome da mesma produtos de maior valor tecnológico. A atualidade do tema, a relevância da China e essa nova relação centro-periferia que ela estabelece com a América Latina, por si, justificam a relevância da pesquisa.

Palavras-chave: dependência; China; Brasil; desindustrialização.

ABSTRACT:

This research seeks to understand how China has developed a center-periphery relationship with Latin America, especially with Brazil. The dissertation focuses on studying this process from 2001 to 2020. In this sense, the hypothesis that will be developed is: Brazil, as a country that has a more “advanced” industrial park within Latin American parameters, has the short-medium term consequence of the de-industrialization of the economy as a result of the Chinese presence on the continent. This happens because Chinese high-tech goods compete with Brazilian goods. This scenario presents a kind of vicious cycle where Brazil assumes the position of an exporter of agricultural and mineral commodities, supplying food and industrial inputs to the PRC, while consuming products of greater technological value. The topicality of the theme, the relevance of China and this new center-periphery relationship that it establishes with Latin America, in itself, justify the relevance of the research.

Keywords: dependency; China; Brazil; de-industrialization.

LISTA DE SIGLAS

BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
COSBAN	Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
DRE	Demonstrativo do Resultado do Exercício
EMN	Empresa Multinacional
EUA	Estados Unidos da América
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
IA	Inteligência Artificial
IDE	Investimento Direto Externo
IoT	Internet of Things
OMC	Organização Mundial do Comércio
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PC	Personal Computer
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
RPC	República Popular da China
SOE	Stated Owned Enterprises
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
TI	Tecnologia da Informação
UE	União Europeia
ZEE	Zona Econômica Especial

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Importações brasileiras vindas da China e do mundo.....	39
Tabela 2	Produtos importados da China pelo Brasil	40
Tabela 3	Exportações brasileiras para a China e para o mundo	42
Tabela 4	Produtos exportados do Brasil para a China	43
Tabela 5	Resultados Financeiros Huawei 2021	47
Tabela 6	Resultados Financeiros Lenovo 2021.....	49
Tabela 7	Resultados Financeiros Xiaomi 2022	51
Tabela 8	Itens que o Brasil mais exportou para os EUA em 2009 e 2021	59
Tabela 9	Itens que o Brasil mais importou dos EUA em 2009 e 2021	60
Tabela 10	Itens que países da UE e Reino Unido importaram do Brasil em 2009	60
Tabela 11	Itens que países da UE e Reino Unido exportaram para o Brasil em 2009	61
Tabela 12	Itens que países da UE e Reino Unido importaram do Brasil em 2021	62
Tabela 13	Itens que países da UE e Reino Unido exportaram para o Brasil em 2021	63

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Exportações de bens e serviços de 1982 a 2001 (em US\$ trilhões)	22
Gráfico 2	PIB chinês de 1978 a 2001 (em US\$ trilhões)	23
Gráfico 3	Exportações de bens e serviços de 1982 a 2020 (em US\$ trilhões)	28
Gráfico 4	PIB chinês de 1978 a 2020 (em US\$ trilhões)	29
Gráfico 5	Fluxo comercial do México com a China e com o mundo em 2021	32
Gráfico 6	Fluxo comercial do Chile com a China e com o mundo em 2021	33
Gráfico 7	Fluxo comercial da Argentina com a China e com o mundo em 2021	35
Gráfico 8	Importações brasileiras vindas da China e do mundo	38
Gráfico 9	Exportações brasileiras para a China e para o mundo	41
Gráfico 10	Principais produtos exportados da China para o Brasil	54
Gráfico 11	Principais produtos exportados do Brasil para a China	55

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. CAPÍTULO 01: O DESPERTAR DO “GIGANTE”: O CAMINHO CHINÊS RUMO À POSIÇÃO DE POTÊNCIA ECONÔMICA GLOBAL	16
2.1 A aurora da China	16
2.2 Antecedentes da adesão chinesa à OMC	20
2.3 O processo de entrada na OMC	24
2.4 Os resultados chineses após a inserção na OMC	27
3. CAPÍTULO 02: A AURORA CHINESA E A IMPORTÂNCIA DA AMÉRICA LATINA	30
3.1 O novo “status” da China	30
3.2 Trocas continentais: as relações comerciais da China com a América Latina	31
3.3 Brasil e China: competição e dependência?	36
3.4 A inserção de empresas chinesas no Brasil	44
3.4.1 Huawei	45
3.4.2 Lenovo	47
3.4.3 Xiaomi	49
4. CAPÍTULO 03: A AMÉRICA NÃO É MAIS PARA OS AMERICANOS	52
4.1 O fim do show de James Monroe	52
4.1.1 Brasil “a preço de banana”	53
4.1.2 Desindustrialização brasileira e a influência da China nesse processo	57
4.2 O novo império chinês?	67
4.2.1 O que está por trás dos investimentos chineses?	67
4.2.2 O retorno do “rei”?	70
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	75

1. INTRODUÇÃO

A República Popular da China (RPC), após sua entrada na OMC (em 2001), apresentou um crescimento econômico ainda maior do que nas décadas anteriores. Tal processo é possibilitado justamente pela crescente inserção da China no comércio global. Isso ocorre por meio de exportações oriundas de empresas estatais e privadas nacionais, além de investimentos diretos realizados pelo próprio Estado chinês em diversos países, dentre os quais se encontra o Brasil e outros Estados latino-americanos.

A aparente intenção da realização desses investimentos diretos externos (IDE) chineses é de facilitar a exportação de insumos produtivos para a China. Assim, o crescimento econômico da RPC - dependente da indústria - demanda grandes quantidades de *commodities* e recursos naturais, que se encontram em abundância na América Latina. Todavia, destaca-se que o mercado consumidor latino - principalmente brasileiro - está repleto de produtos chineses, inclusive aqueles de alta tecnologia agregada. Nesse sentido, a presente pesquisa se questiona se a China tem desenvolvido com a América Latina, e em especial com o Brasil, uma relação centro-periferia semelhante com a relação que muitos países europeus e os EUA já estabeleceram com a região. Sendo assim, para que a pesquisa seja viabilizada, a ênfase da análise se concentrará nos anos de 2001 a 2020.

A hipótese central defendida nesta dissertação é a de que a China assume o papel de país central na relação que estabelece com países latino-americanos – que por sua vez continuam se apresentando como países periféricos. Sendo assim, o Brasil por ter um parque industrial avançado - dentro dos parâmetros latino-americanos - sente de imediato um impacto mais profundo da presença chinesa em seu território, uma vez que a concorrência dos produtos da RPC com os nacionais gera um desgaste à indústria local.

Tendo em vista a problemática e a hipótese do trabalho, fica evidente que o objetivo geral desta pesquisa é analisar esta relação de dependência que a China tem desenvolvido com a América Latina, de modo a avaliar os impactos das mesmas no Brasil, buscando, dessa forma, compreender melhor o cenário que se constrói com a chegada da RPC no continente. Complementar ao objetivo geral tem-se como objetivos específicos: (i) compreender como a economia chinesa cresce de forma acelerada ao ponto de ser capaz de criar relações de dependência com países “em desenvolvimento” e “subdesenvolvidos”; (ii) analisar a importância da América Latina na visão da República Popular da China; e (iii) observar e avaliar os impactos da chegada da China no continente latino-americano.

Nesse sentido, a dissertação será organizada em três capítulos: o primeiro tem como objetivo apresentar o “despertar do gigante”, ou seja, mostrar o caminho chinês rumo à posição de potência econômica global. Nesta seção, será realizada uma retrospectiva histórica, apresentando como a RPC conseguiu tornar-se um país que pudesse ser considerado central, ao menos do ponto de vista econômico. O segundo capítulo apresentará como a China se insere na América Latina - e em especial no Brasil - por meio de IDEs de um modo mais geral. Aqui será observada a reconfiguração produtiva chinesa e sua nova posição comercial, quais os objetivos de realizar investimentos na região, como a China enxerga a relevância do continente latino-americano, bem como a dependência que a RPC possui da importação de commodities e como as remessas de lucro de empresas chinesas situadas em território brasileiro também fazem parte desse processo. O terceiro capítulo se dedicará a mostrar como os dados apresentados no capítulo 2 encontram explicação em teorias já bem consolidadas.

Para isso, autores como Marini (2017), Kautsky (1914) e Vadell (2011) serão utilizados para compreender a relação estabelecida entre os dois países como uma relação de subordinação do Brasil aos interesses chineses. Dessa forma, a desindustrialização brasileira é algo muito positivo para a China, uma vez que constrói um “ciclo vicioso” em que o Brasil se manterá como um fornecedor de matérias-primas agrícolas e minerais para a indústria chinesa, sendo essas matérias-primas utilizadas como alimento para o operário chinês ou como insumo produtivo de fato. Além disso, a China realiza investimentos no Brasil tendo em vista construir uma infraestrutura básica para produzir e vender seus bens dentro do mercado brasileiro.

2. CAPÍTULO 01: O DESPERTAR DO “GIGANTE”: O CAMINHO CHINÊS RUMO À POSIÇÃO DE POTÊNCIA ECONÔMICA GLOBAL

O caminho que a RPC traçou para se inserir internacionalmente como uma potência econômica se inicia no final da década de 1970 com medidas que promoveram uma abertura econômica gradual, fortemente orientada pelo Estado e dentro dessa estratégia um importante passo foi a adesão à OMC. Nesse sentido, destaca-se neste capítulo a importância do Estado chinês como condutor da inserção internacional do país em âmbito global, coordenando desde reformas rurais à atração de IDE e transferência de tecnologia de outros países para a RPC. Portanto, o capítulo também se dedicará a apresentar um panorama do processo de abertura comercial chinês dando ênfase na adesão chinesa à Organização Mundial do Comércio, como parte da estratégia estatal.

2.1 A aurora da China

Desde o início das reformas de modernização, iniciadas em 1978 (COSTA et al, 2008) e particularmente a partir dos anos 1990, a China vem expandindo sua participação no comércio global. Houve vultosos investimentos estatais e privados almejando proporcionar ao país uma condição de inserção na divisão internacional do trabalho sofisticada, com ênfase em produtos de alta tecnologia agregada. Nesse sentido, para atingir a ascensão global da China destaca-se a relevância de alguns processos que serão tratados nesta seção, destacando a industrialização atrelada à abertura comercial que se deu, principalmente, via atração de Investimento Direto Externo (IDE) guiado e direcionado pelo Estado, por meio de atração de empresas multinacionais (EMNs) primeiramente em regiões denominadas de Zonas Econômicas Especiais (ZEEs)¹.

Esse processo de abertura comercial se evidencia no que ficou conhecido como Terceira Plenária do 11º Comitê Central do Partido Comunista Chinês, ou *Gei Ge Kaifeng*, no ano de 1978. De acordo com Costa et al (2008), é aqui que o processo de desenvolvimento industrial chinês nasce, tendo em vista que foi nessa plenária que iniciou-se a abertura econômica da RPC, primeiramente partindo da liberalização do comércio exterior de duas formas essenciais:

¹ É nas ZEEs (em 1980) que são concedidas isenções fiscais e outros incentivos para atração do capital externo.

redução de tarifas e permissão do aumento do número de empresas para operar no comércio externo.

Nos anos que seguiram a *Gei Ge Kaifeng* surgiram novas medidas que facilitaram esse processo de abertura comercial. Merece destaque nesse trabalho as transformações no campo, a criação de ZEEs, a atração do IDE, a estabilidade macroeconômica - que se traduziu em grande parte no controle do câmbio e da inflação - e o sistema financeiro.

Com relação às mudanças do setor rural, é importante destacar que o governo optou por uma reforma lenta e gradual, que, em um primeiro momento, teve como foco uma reforma agrária na qual, de um lado manteve-se os direitos de propriedade para o Estado, e de outro permitia aos camponeses a venda do excedente de produção (FREITAS, 2021). Era basicamente um sistema duplo em que o governo chinês fixava uma quantidade mínima para a produção de insumos agrícolas para cada comunidade negociar por um preço pré-determinado, assim, o que fosse produzido além disso poderia ser negociado de forma livre no mercado. Essa medida de liberalização dos preços resultou num aumento da produtividade rural, o que conseqüentemente reflete na renda e no emprego (COSTA et al, 2008). Nesse sentido, um processo que advém das reformas rurais que virá a facilitar o processo de industrialização é a criação de mão-de-obra relativamente qualificada para o trabalho industrial e, talvez mais importante que isso, o surgimento de um mercado consumidor em ascensão, portanto observa-se o encadeamento de uma industrialização que se expande do campo para as cidades (FREITAS, 2021). Freitas (2021), ainda destaca a importância desse processo como suporte político para o governo continuar com as reformas em outros âmbitos.

Tendo em vista os fatores expostos acima, a China estabelece as primeiras condições para iniciar um processo de industrialização bem sucedido, assim o próximo passo que a RPC realiza em direção à industrialização é um planejamento estatal muito bem executado, no qual a estrutura produtiva do país se dispõe ao redor de empresas estatais fundamentais. Tais empresas mantêm o controle do Estado e fazem parte das *joint ventures* com empresas fora do país. Com isso, a industrialização, em um primeiro momento, tem como objetivo internalizar a produção tecnológica ao replicar o que se produz em países centrais para, posteriormente, passar a produzir a própria tecnologia (SAWAYA, 2011). Nesse sentido, é relevante enfatizar que não há garantia de proteção à propriedade intelectual na China, de modo que as EMNs que optam por agir ali se sujeitam a essa condição. Todavia, apesar de isso parecer um entrave, os

demais incentivos que o governo chinês proporcionava compensam os prejuízos vindos com a falta de proteção (COSTA et al, 2008).

Nesse sentido, Jabbour (2006) coloca que dentro dessa estratégia, para que as EMNs se instalem em território chinês, o governo impõe como condição necessária para a parceria o estabelecimento de uma garantia de transferência de tecnologia. As primeiras ZEEs aparecem nesse contexto, em que o Estado chinês observa um setor estratégico e organiza a instalação do capital estrangeiro nestas zonas buscando benefícios para o próprio país (SAWAYA, 2011). Logo, a região na qual surgem as primeiras ZEEs é o litoral sul da República Popular da China, permitindo o deslocamento da produção industrial de Hong Kong para a então potência continental asiática em ascensão (COSTA et al, 2008).

De acordo com Costa et al (2008), a inserção chinesa no mercado mundial se dá como um intermédio entre o continente asiático e os Estados Unidos (EUA), de modo que se importava peças e componentes de outros países asiáticos, montava-os em território nacional exportando o produto final para a potência norte-americana. Ainda é válido ressaltar que dentro desse processo também se destaca o baixo valor da mão-de-obra chinesa, pelo menos no início. Porém, os baixos custos de mão-de-obra per se não são capazes de explicar o crescimento chinês, em função disso Costa et al (2008) elenca algumas questões relativas ao trabalho na RPC que são essenciais para o desenvolvimento econômico, dentre os quais essa pesquisa destaca três: (i) um alto grau de elasticidade da oferta de trabalhadores com um certo grau de qualificação - o que permite que o aumento da demanda pelo trabalho não gere grandes elevações nos salários; (ii) a concepção chinesa de hierarquia e disciplina - que por sua vez é um fator cultural que dificulta a organização dos trabalhadores para exigir um aumento de salários; e (iii) a ausência de mecanismos regulatórios nas relações de trabalho e nos direitos trabalhistas².

Portanto, o capital global (dos países centrais), segundo Sawaya (2011), encontrou na China um novo lugar para sua acumulação, que já se encontrava “saturada” e apresentava dificuldades para a própria ampliação. Dentro desse contexto, o governo chinês articulou uma estratégia de inserção possibilitada pela presença de um Estado forte, que era distante da ideologia liberal, ao atrair esse capital e internamente manter controle sobre ele (GARLIPP e SAWAYA, 2011). Aqui é válido comentar que a economia global passa, depois dos anos 1970,

² Os autores colocam como exemplos a inexistência de férias (salvo 3 semanas anuais de feriado entre janeiro e fevereiro), fins de semana e até a inexistência de aviso prévio algumas vezes.

por anos de inflação somada ao baixo crescimento. Em decorrência disso, o discurso liberal ganha força e surge então uma grande pressão para dismantelar uma estrutura institucional que havia sido construída. Estrutura essa, que foi responsável pela promoção do processo de globalização e internacionalização do capital produtivo (GARLIPP e SAWAYA, 2011).

Sendo assim, o Estado Chinês conseguiu articular bem seus recursos dentro desse cenário econômico internacional em mudanças. Todavia, a China não só se aproveita de um contexto global, mas ela mesma gera grandes impactos sobre este, de modo que suas exportações cresceram tão exponencialmente que geraram uma pressão sobre os preços internacionais dos bens industrializados no mundo todo. Tal pressão acarretou na fratura dos oligopólios europeus e estadunidenses (GARLIPP e SAWAYA, 2011).

Para além da questão dos preços, Garlipp e Sawaya (2011) colocam que o excesso de dólares chineses entra nos mercados financeiros da Europa e dos Estados Unidos em busca de sua valorização. Nesse sentido, é fulcral destacar que um elemento que promoveu e estimulou a atração de IDEs foram as políticas macroeconômicas do governo chinês que eram previsíveis e estáveis e como exemplos dessa estabilidade podemos citar a inflação, o câmbio e o déficit fiscal. Com relação ao câmbio, o governo chinês facilitou as transações com moeda estrangeira que culminou no aumento de exportações e importação de bens, de modo que “o ritmo médio anual de crescimento das importações passa de 13% entre 1968 e 1977 para 20% entre 1978 e 1987, e o das exportações de 12% para 18%, respectivamente” (COSTA et al, 2008, p.15). Já no que diz respeito à inflação, a partir de 1985 ela praticamente se manteve abaixo dos 10%³. E com relação ao déficit fiscal - por mais que tenha crescido bastante após 1998 - não chegou a ultrapassar 3% do PIB (COSTA, et al, 2008).

O sistema financeiro chinês também apresenta um destaque no processo de inserção da China na economia global. Nesse sentido, as mudanças que sofrem os sistemas financeiros e bancários basicamente são qualificadas como internalização tanto de práticas quanto de instituições que tinham como fim a dinamização da economia chinesa, condizente com as reformas adotadas a partir da *Gei Ge Kaifeng* (FREITAS, 2021 e GONÇALVES, 2008). Até o ano de 1979, o intuito do setor financeiro na RPC era de apenas atender ao planejamento produtivo e ao planejamento de investimentos do governo, todavia, depois de 1979, o governo

³ Apenas em 1989 e entre 1993 e 1995 a inflação esteve acima dos 10%, de toda forma o governo logo adotou medidas para reduzir as pressões inflacionárias.

da China buscava uma flexibilização⁴ tendo em vista as necessidades que surgiram a partir do crescimento chinês, sem perder de forma alguma o controle estatal nesse setor (CHAMORRO, 2008 e FREITAS, 2021).

Nesse sentido, o sistema financeiro da RPC apresenta diferentes graus de funcionalidade para a estratégia do governo de desenvolvimento. Primeiramente é de destaque o impacto sobre as condições complexas de financiamento que exige a economia chinesa, que por consequência interferem no nível de gasto dos agentes, afetando variáveis como produto e emprego. Em segundo lugar, destaca-se a importância do sistema financeiro em um cenário que a economia da China está sujeita à eclosão de pontos de estrangulamento, o que só ressalta a imprescindibilidade da transferência de recursos para combater os desequilíbrios presentes nessa economia (JABBOUR, 2020 apud FREITAS, 2021, p.22).

Na ausência de um núcleo empresarial e de um sistema financeiro privado mais “desenvolvido”, o sistema financeiro chinês os substitui sendo capaz de realizar investimentos e financiamentos de mais longo prazo para atividades produtivas. Nesse sentido, a RPC, ao criar esse sistema de financiamento produtivo, caminha para realizar uma transformação estrutural da economia. A ampliação do sistema financeiro permite justamente a realização de investimentos em setores considerados estratégicos da economia, tendo em vista a correção de possíveis gargalos que poderiam dificultar o processo de desenvolvimento. Portanto, o Estado chinês utiliza um grupo complexo de instituições estatais, que trazem flexibilidade para o mesmo, na gestão de coordenação e indução de investimentos como um todo, além de se portarem como agentes da “poupança forçada” (JABBOUR, 2020 apud FREITAS, 2021). Aqui ainda vale destacar que, de acordo com Costa et al (2008) as elevadas taxas de poupança interna são fulcrais para realização de investimentos de grande peso, de modo que o financiamento desses investimentos seria impossibilitado pela ausência da poupança doméstica.

2.2 Antecedentes da adesão chinesa à OMC

Como exposto na seção anterior, o Estado chinês tem uma importante função de coordenar a inserção da China no mercado internacional ao traçar uma estratégia pautada em um planejamento econômico fortemente marcado pelo gradualismo - ou seja, por medidas

⁴ Aqui é fulcral reforçar que a flexibilização não é sinônimo de liberalização completa e sim de medidas que promoviam maior liberdade, porém tudo foi coordenado pelo Estado.

graduais que permitissem uma abertura comercial orientada pelo Estado. Nessa estratégia a RPC conseguiu industrializar-se e aumentar seu fluxo comercial com o resto do mundo, no entanto, após a adesão à OMC, a China passou a observar um crescimento econômico sem precedentes. É justamente por isso que entrar na Organização Mundial do Comércio é parte essencial da estratégia chinesa em busca do aumento de seu fluxo comercial, crescimento econômico e, em última instância, inserção no mercado mundial como potência econômica. Porém, como será apresentado a seguir, foi uma adesão que enfrentou disputas tanto internas quanto externas.

Nesse sentido, Hui Feng (2006, p.6) argumenta em seu livro que o processo de entrada da RPC na OMC decorre de uma iniciativa orientada pelo Estado, com bases em um processo político vertical, no qual “uma liderança política determinada em parte contornou e em parte reestruturou uma burocracia amplamente relutante e resistente, sob pressão constante de um sistema internacional cada vez mais globalizado”⁵. O argumento de Feng só reforça que a entrada chinesa na Organização Mundial do Comércio se insere dentro dessa estratégia mais geral do Estado chinês.

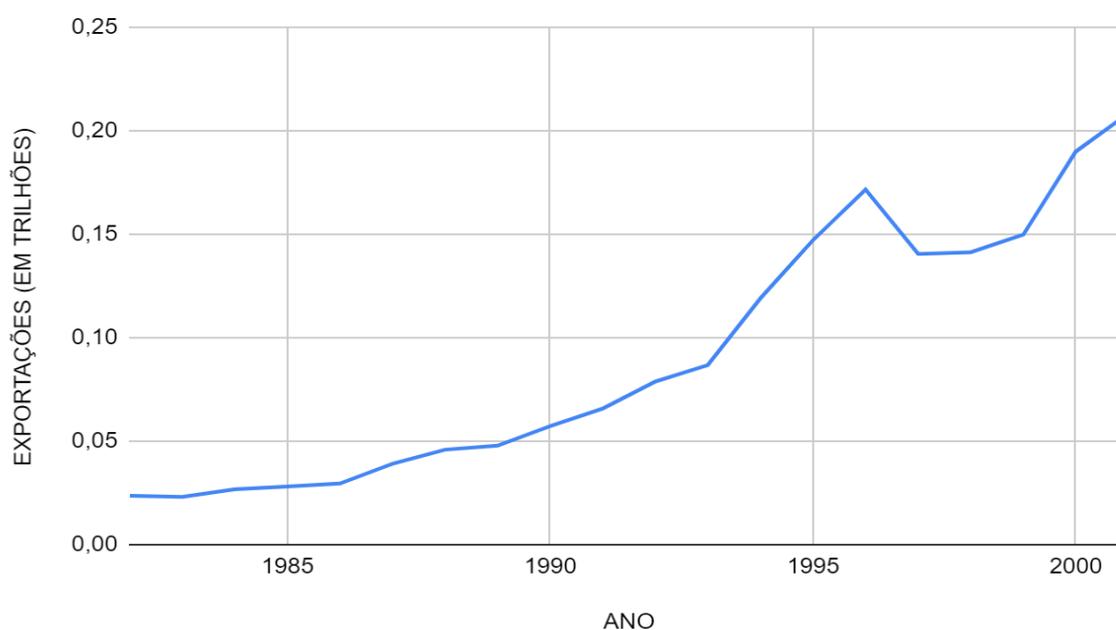
Tratando mais especificamente dos antecedentes do processo de inserção na OMC, o principal agente desencadeador são as lideranças políticas chinesas. Essa elite reformista pressionou por mudanças no país em busca de se integrar mais consistentemente ao mercado global, com vistas ao estímulo do aumento dos fluxos comerciais e, assim, assegurar o crescimento econômico (FENG, 2006). Como abordado anteriormente, antes mesmo da China aderir à OMC, as exportações chinesas (que antes se encontravam em um nível baixo) crescem bastante entre 1978 (ano que ocorre a Terceira Plenária do 11º Comitê Central do Partido Comunista Chinês) e 2001 - ano que a RPC oficialmente adere à Organização Mundial do Comércio (COSTA et al, 2008).

Assim, o gráfico abaixo reflete bem como era o crescimento das exportações antes da entrada na OMC - especialmente de 1982 até 2001.

⁵ No original: “[...] a determined political leadership partly bypassed and partly restructured a largely reluctant and resistant bureaucracy under constant pressure from an increasingly globalized international system.” - Tradução do autor.

Gráfico 01:

Exportações de bens e serviços de 1982 a 2001 (em US\$ trilhões)



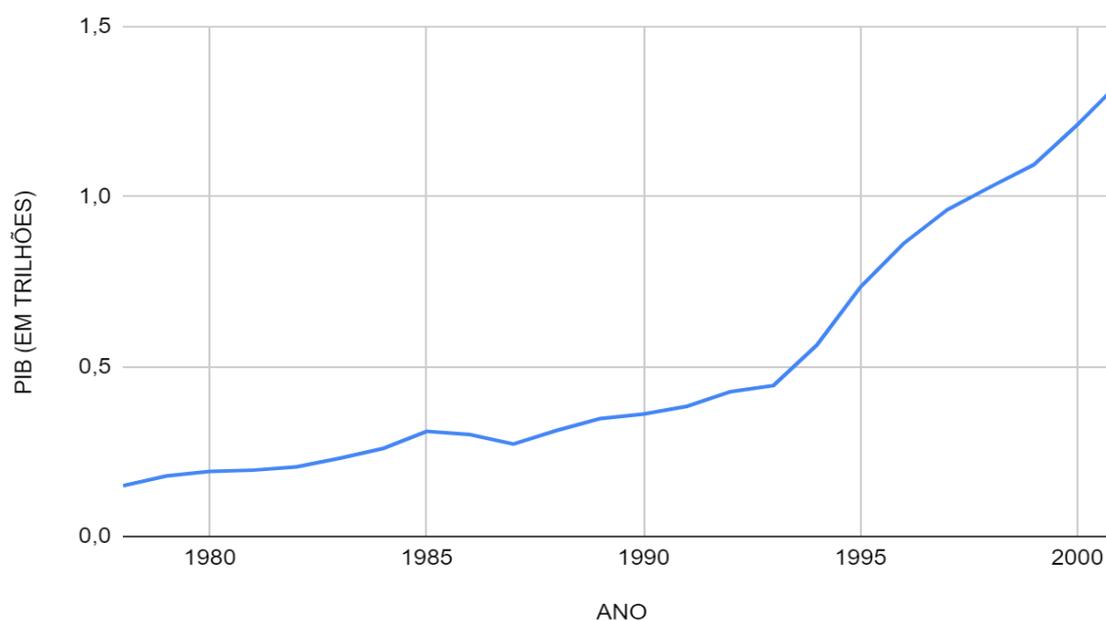
Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial.

Aqui é possível notar um aumento de 184,9 bilhões de dólares do ano de 1982 até o ano de 2001, tendo em vista que em 1982 as exportações saem da casa dos 23 bilhões de dólares e em 2001 chegam aos 208,5 bilhões de dólares. Nesse sentido, já é notável antes da entrada na OMC o impacto das políticas que promoveram a abertura gradual da China (BANCO MUNDIAL, 2021).

O aumento das exportações claramente gerou impactos no Produto Interno Bruto (PIB) chinês de modo que, como é possível observar no gráfico abaixo, o mesmo se encontrava na casa dos US\$149 bilhões em 1978 e em 2001 atingiu a marca de 1,3 trilhão de dólares (BANCO MUNDIAL, 2021).

Gráfico 02:

PIB chinês de 1978 a 2001 (em US\$ trilhões)



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial.

Tal crescimento expressivo (em 23 anos o PIB quase nonuplicou⁶) proporcionou à China condições para entrar na OMC. Como colocado por Hui Feng (2006), implementar as medidas que a Organização Mundial do Comércio exige poderia gerar externalidades negativas para a abertura econômica do país e intensificar problemas sociais naquele momento existentes, tais como o desemprego e a desigualdade de renda em função da reestruturação das empresas estatais (*Stated Owned Enterprises* (SOEs) no final da década de 1990. Nesse sentido, a RPC pôde optar por não se inserir na OMC de imediato, enquanto mantinha seu ritmo de expansão econômica e de abertura comercial, evitando pressões estrangeiras, preservando a estabilidade, tanto econômica quanto social, que poderia ser seriamente prejudicada caso as medidas de liberalização da Organização Mundial do Comércio fossem adotadas (FENG, 2006).

⁶ O PIB da China aumentou 8,95 vezes de tamanho em 23 anos.

2.3 O processo de entrada na OMC

Para tratar do processo de entrada de um país, primeiro é importante estabelecer o paralelo entre esta instituição e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT)⁷. O GATT foi o único acordo⁸ que vigorou entre 1948 e 1995, até a criação da OMC. Durante este período o texto dele pouco mudou e teve como objetivo reduzir as tarifas. Relevantes rodadas de negociação multilateral foram possibilitadas por tal instituição, resultando no desenvolvimento do processo de liberalização do comércio mundial (FENG, 2006).

Nesse sentido, Gertler (2004) coloca que a entrada chinesa na OMC tem uma relação direta com os princípios/cláusulas fundamentais do GATT. Um dos princípios é a não discriminação, que implica em um tratamento igual para as mercadorias externas que entram no país, independentemente de sua origem. Já o princípio da abertura do mercado diz respeito à eliminação de barreiras comerciais. A cláusula de transparência e de predictibilidade também fazem parte do GATT. Por fim, os últimos princípios são o comércio sem distorção⁹ e o tratamento especial para países em desenvolvimento (CHAMORRO, 2008 e GERTLER, 2004).

A China, em 1948, assinou o Protocolo Provisório de Aplicação do GATT, contudo, com a vitória dos comunistas na guerra civil, o Governo Nacionalista transferiu-se para Taiwan e então resolveu retirar-se do GATT em 1950. Além disso, o Partido Comunista Chinês (PCCh) também optou por não fazer parte do acordo (FENG, 1996 e PERKINS, 1997).

Com isso, anos depois, o processo de inserção se complexificou, logo:

“[...] Assim que a China começou a gradualmente se integrar ao mercado internacional e mostrou interesse em se inserir no regime internacional de comércio, ela percebeu que o caminho para a entrada era mais difícil que antes. Internamente, a negociação e a implementação dos compromissos de adesão não se limitaram ao âmbito das reformas comerciais, mas irão desencadear profundas mudanças no sistema econômico, político, jurídico e social do país, bem como a reorientação da função do governo em uma nova economia de mercado.” (FENG, 2006, p.53)¹⁰

Desse modo, Hui Feng (2006) divide o processo de entrada chinesa na OMC em períodos: de 1979 até 1986; de 1986 até 1991; de 1991 até 1995; de 1995 até 1998 e, por fim,

⁷ GATT é a sigla em inglês para Acordo Geral de Tarifas e Comércio - *General Agreement on Tariffs and Trade*.

⁸ Único acordo a respeito de comércio multilateral de abrangência global que vigorou até a criação da OMC.

⁹ Este princípio busca a não realização de *dumping*, sendo tais atividades passíveis de retaliações.

¹⁰ Tradução própria.

de 1999 até 2001. O primeiro momento é marcado pela abertura econômica chinesa já abordada na primeira seção do capítulo. Aqui destaca-se, por exemplo, a variação do yuan¹¹, bem como a criação das ZEEs para atração de IDE. Ainda nesta fase ocorreu a redução tarifária chinesa de forma unilateral, que apontaram para a abertura mais evidente nos anos 1980 (ZHANG et al, 1995 apud FENG, 2006).

Ainda nessa década a China realizou as primeiras medidas em busca da adesão ao GATT, um exemplo claro foi a delegação chinesa enviada às Reuniões do Conselho do Acordo Geral de Tarifas e Comércio em 1984 (SHENG, 2001 apud FENG, 2006). Neste ponto, é fundamental ressaltar que a China - neste momento - não estava aderindo ao GATT, mas solicitando uma associação à esta instituição (FENG, 2006).

O segundo momento (1986 - 1991) é marcado pelos esforços chineses de abertura e as iniciativas de adesão ao GATT, que foram vistos de forma muito positiva para os países do ocidente. Um exemplo foi a Reunião do Conselho do GATT na Rodada do Uruguai, na qual a China teve participação ativa. No ano de 1997, também houve um passo importante a caminho da adesão, que foi a entrega de um memorando tratando o comércio exterior chinês, que foi seguido da criação de um grupo de trabalho do GATT (FENG, 2006).

Todavia, de acordo com Hui Feng (2006), mesmo com os esforços de abertura econômica, a economia chinesa não era como a dos outros países, ou seja, orientada pelo mercado. Ainda assim, ao que tudo indicava a China conseguiria concluir as negociações até o ano de 1992, porém, no ano de 1989 ocorreu o massacre da Praça Tiananmen (YE, 1999 apud FENG, 2006). Esse massacre, também conhecido como massacre da Praça da Paz Celestial, foi o resultado de uma manifestação pela democracia que sofreu ação violenta por parte do Estado, levando milhares de integrantes dessa manifestação à morte (EL PAÍS, 2019). Tal evento resultou na retaliação de países ocidentais, que tomou proporções tão grandes que levou o processo de avaliação de seu regime de comércio praticamente à estaca zero, tendo em vista que esse evento reavivou as desconfianças acerca do compromisso do Governo da China de realizar a reforma de mercado (FENG, 2006).

O próximo momento, de 1991 até 1995, se “inicia” com a RPC buscando reativar boas relações com o ocidente. Assim sendo, em outubro de 1991, Li Peng¹² redigiu um documento

¹¹ Moeda chinesa.

¹² Li Peng foi o Primeiro Ministro chinês naquele momento.

para os membros do GATT declarando os princípios chineses básicos com relação à adesão ao acordo, além de reforçar os compromissos do país com a abertura e reformas econômicas. Com isso, os países do ocidente abrandaram a postura com relação à China (FENG, 2006).

Ainda é importante comentar que, neste período, a China apresentou um maior alinhamento com os princípios do GATT quando comparado à primeira aproximação na década de 1980 - uma prova disso é a redução de tarifas, como a redução da tarifa de importação, que foi realizada neste quinquênio¹³ (FENG, 2006). De acordo com Feng (2006), a RPC tinha então esperanças de concluir sua adesão ao GATT até 1994, inclusive porque o país participou da assinatura do documento oficial que incorpora os resultados advindos da Rodada do Uruguai e do Acordo da OMC, entretanto, fatores externos e internos influenciaram negativamente nesta questão. Internamente, as razões foram as frustrações geradoras de disputas internas - em função da falta de consenso quanto a alguns termos e condições para a inserção na OMC. Externamente, o fim da Guerra Fria e a ascensão dos Estados Unidos (EUA) à condição de superpotência permitiu que o mesmo aproveitasse da situação para não permitir que a China utilizasse do princípio de nação menos favorecida¹⁴ do GATT ao realizar sua entrada na Organização Mundial do Comércio. O Estado chinês então respondeu declarando que não continuaria negociações dentro deste cenário (FENG, 2006).

Apesar da situação que se apresentava no momento, os países ocidentais tinham interesses na participação chinesa na OMC. Todavia, neste momento (1995 - 1998), a própria China já não aceitaria realizar novas concessões, então:

“O vice-representante comercial estadunidense, Barshefsky, fez uma visita à Pequim e emitiu para o lado chinês um documento informal sobre a adesão da China à OMC, o chamado ‘roteiro’, declarando sem precedentes que alguns compromissos da China poderiam ser atendidos por acordos de transição implementados em etapas. O lado dos EUA estava disposto a ver o status de país em desenvolvimento da China ‘praticamente’.” (FENG, 2006, p. 61).¹⁵

Desse modo, depois da visita de Barshefsky, a China anunciou outras duas reduções tarifárias importantes, uma em 1996 e outra em 1997 (YU, 2001 apud FENG, 2006). Além disso, o Estado chinês assumiu o compromisso de não adotar políticas ou criar leis que, de alguma forma, pudessem ser inconsistentes com os compromissos e regras da OMC. Então,

¹³ Período de cinco anos.

¹⁴ Este princípio garante alguns benefícios à nação que faz uso dele em detrimento dos demais países.

¹⁵ Tradução própria.

somando à pressão que o país sofria para se aderir à instituição com a necessidade de buscar novas formas de estimular o comércio exterior e o IDE, o processo de entrada na OMC estava próximo à sua conclusão (FENG, 2006).

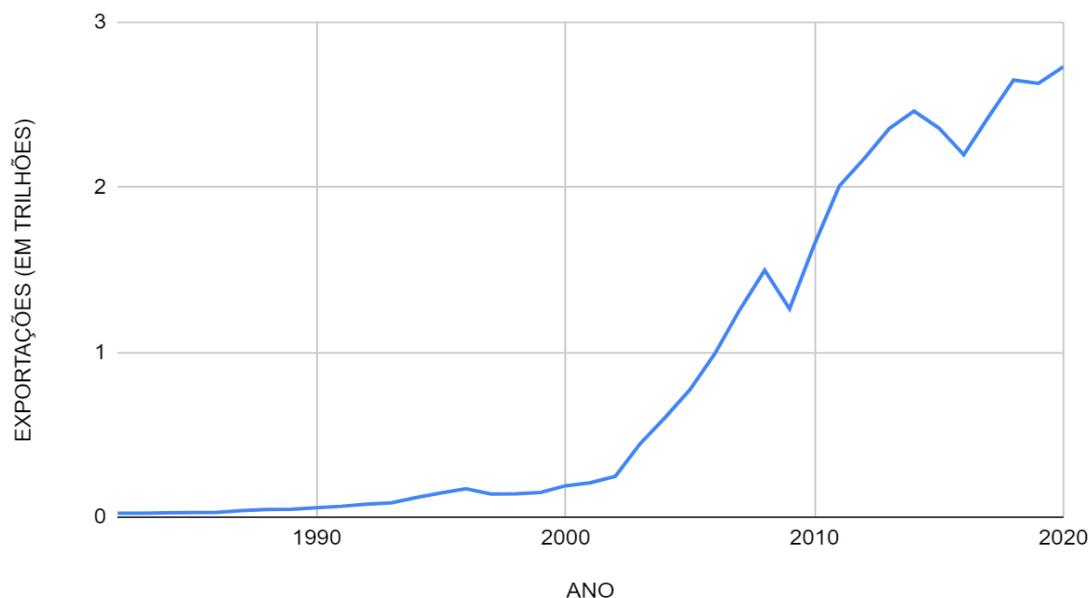
Por fim, o último momento - que vai de 1999 a 2001 - também foi marcado por alguns eventos que levaram à adesão à Organização Mundial do Comércio ser prorrogada até 2001. Citam-se aqui novamente motivos internos e externos: com relação aos internos é fato que não havia consenso no país, já no que diz respeito aos externos Feng (2006) lembra bem que houve um bombardeio realizado pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em Belgrado. Mas, em 2000, o Congresso e o Senado estadunidenses aprovaram uma proposta na qual se estabeleciam relações comerciais permanentes sino-estadunidenses e isso acelerou o processo de adesão chinesa. Além disso, a União Europeia declarou que concordava com 80% dessa negociação dos EUA com a China e que então negociaria os outros 20% com o Estado chinês. Por fim, na Conferência de Doha, em novembro de 2001, a China concluiu o processo de adesão à OMC (FENG, 2006).

2.4 Os resultados chineses após a inserção na OMC

A inserção na OMC permitiu que a China pudesse aumentar seus fluxos comerciais, de modo que suas exportações aumentaram exponencialmente, o que reflete diretamente no PIB do país. Nesse sentido, os gráficos abaixo ilustram o sucesso da estratégia da RPC de abertura comercial, ressaltando a importância da entrada na Organização Mundial do Comércio nesse processo.

Gráfico 03:

Exportações de bens e serviços de 1982 a 2020 (em US\$ trilhões)

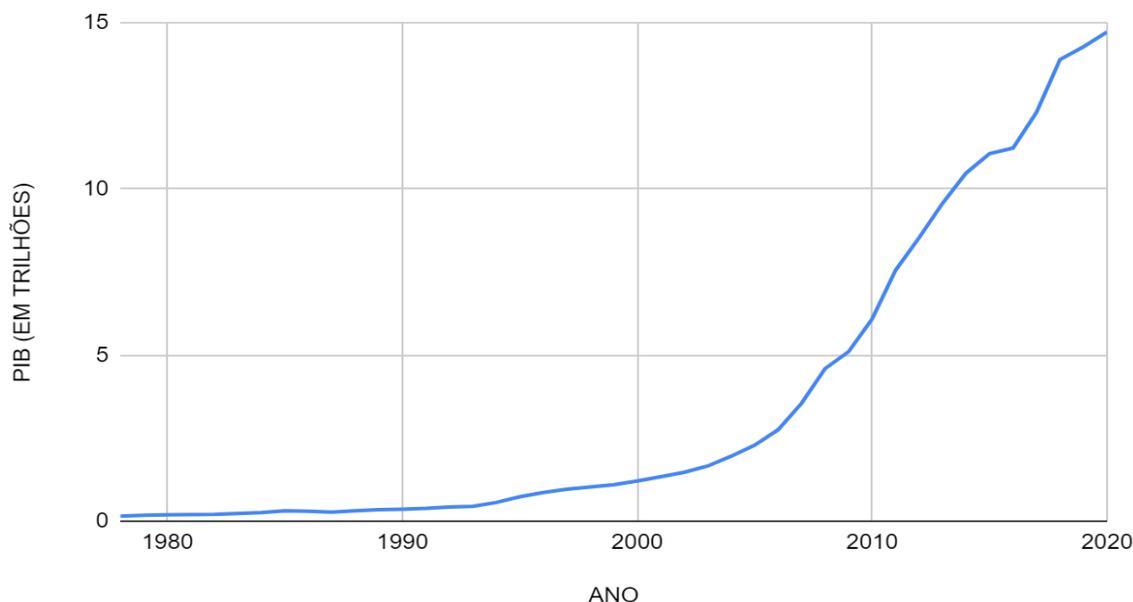


Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial

Aqui é importante destacar que nos primeiros 19 anos desse gráfico (de 1982 até 2001) as exportações de bens e serviços aumentam 184,9 bilhões de dólares, porém após entrar na OMC, ou seja, nos últimos 19 anos representados no gráfico as exportações aumentaram 2,523 trilhões de dólares - saindo de 208, 5 bilhões em 2001 para 2,732 trilhões em 2020 (BANCO MUNDIAL, 2021).

Gráfico 04:

PIB chinês de 1978 a 2020 (em US\$ trilhões)



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial.

É notável o crescimento em grande escala e acelerado do PIB após a entrada na OMC. Como já abordado na segunda seção e reforçado ao longo deste capítulo, a abertura econômica anterior à adesão à OMC foi capaz de promover o crescimento econômico da RPC. Entretanto, a entrada do país nessa instituição levou a curva de crescimento do PIB a uma ascensão sem precedentes, de modo que se de 1978 a 2001 saiu de 149,5 bilhões de dólares para 1,339 trilhões de dólares, em 2020 chega a atingir 14,723 trilhões de dólares, ou seja, o PIB aumentou quase 11 vezes em 19 anos (BANCO MUNDIAL, 2021).

Portanto, fica claro que a estratégia de abertura econômica chinesa coordenada pelo Estado colheu e colhe seus frutos. A partir disso, essa pesquisa realiza uma nova pergunta que é: de que forma essa nova potência econômica global se insere na América Latina? Quais os tipos de relações econômicas ela estabelece com esse continente? Qual a relevância da região para a China? Todas essas perguntas serão respondidas no capítulo seguinte.

3. CAPÍTULO 02: A AURORA CHINESA E A IMPORTÂNCIA DA AMÉRICA LATINA

No presente capítulo será apresentado como a China atingiu um novo “status” dentro do mercado internacional após 2001. Nesse novo cenário global, este trabalho seguirá apresentando um panorama geral das trocas comerciais entre a América Latina e a RPC, posteriormente se dedicando a expor com maior detalhamento as trocas comerciais sino-brasileiras. Dessa forma, serão elencados os principais itens exportados e importados pelos dois países. Em sequência, será apresentada a presença de empresas chinesas em território brasileiro, de modo que, além de um breve histórico delas, o capítulo será finalizado com a exposição das atividades da empresa no país, bem como a exposição do relatório anual das mesmas - uma vez que expor os dados relativos aos lucros delas, relacionando com o envio de parte desse lucro para a matriz em território chinês, construirá a base para um dos argumentos que serão desenvolvidos no capítulo seguinte.

3.1. O novo “status” da China

A China, como apresentado no capítulo anterior, se apresenta como grande potência econômica global após 2001. Em um cenário que os EUA direcionam sua atenção para a região do Oriente Médio e Rússia, em termos geopolíticos, e para a China e Sudeste Asiático, em termos econômicos, para a América Latina a aparente opção que se apresenta é a RPC como uma compradora de seus recursos naturais e energéticos. Esses itens, ao menos até a crise de 2008, encontravam-se em um momento de elevação de preços¹⁶ (VADELL, 2011).

Com um contingente populacional de 1,412 bilhões, uma indústria em áureo desenvolvimento e com uma grande demanda por recursos energéticos e *commodities*, de um modo geral, a América Latina passa a adquirir uma importância fundamental como fornecedor desses itens para a China e, em função disso, o volume dos investimentos chineses direcionados para o continente latino-americano foi aumentando progressivamente nas últimas décadas. A Argentina, por exemplo, tem capital chinês em algumas esferas estratégicas como a agricultura e a mineração, já no caso venezuelano o destaque se dá para acordos em que o país recebeu um empréstimo cuja contrapartida é o petróleo e na Nicarágua os investimentos se concentram em

¹⁶ Esse momento é vulgarmente conhecido como “boom das *commodities*”.

um projeto de infraestrutura que liga o Pacífico ao Atlântico - com direito de exploração de um século concedido à RPC (ALMEIDA, 2017).

O que se observa nesse contexto é que, além dos investimentos voltados em recursos energéticos e *commodities*, o que a América Latina tem importado da China são produtos de maior valor agregado de modo geral. Como o intuito do trabalho é se concentrar nas relações sino-brasileiras, a dissertação apresentará adiante essas trocas comerciais entre RPC e América Latina de modo mais geral, mas se dedicará mais nas relações bilaterais Brasil-China.

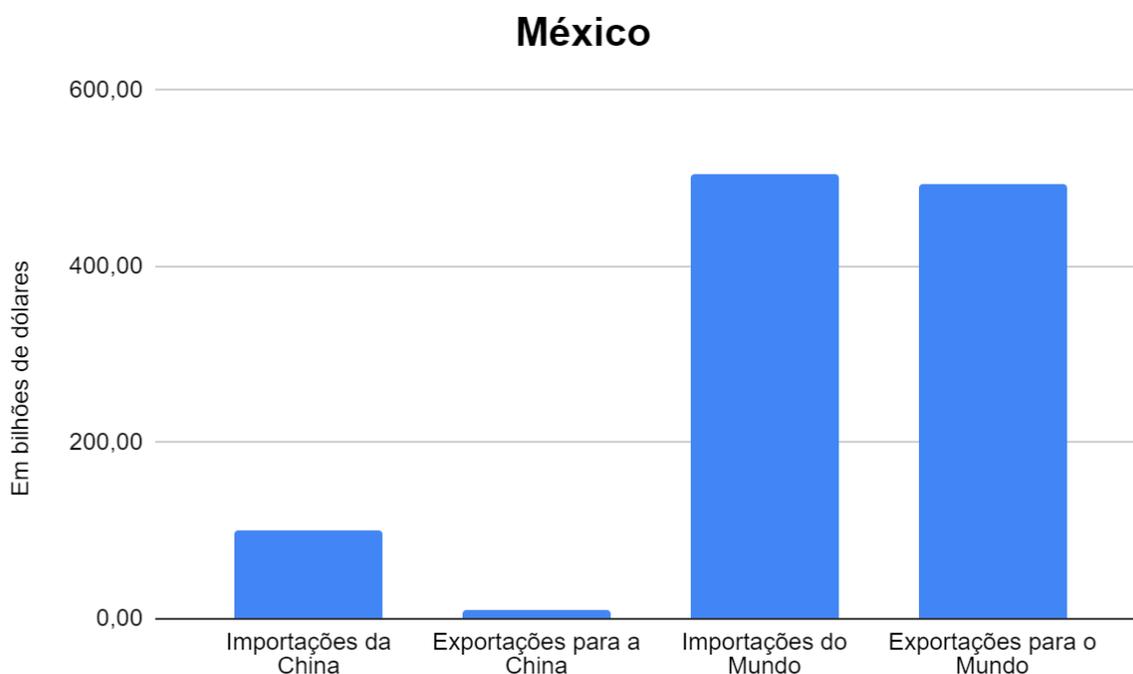
3.2. Trocas continentais: as relações comerciais da China com a América Latina

A seguir serão apresentadas as relações comerciais de alguns países da América Latina (em especial países sul-americanos) com a China. Uma vez que a intenção do trabalho não é se dedicar ao continente latino-americano como um todo, a presente pesquisa selecionou três países - além do Brasil - para observar quais os itens mais exportados para a China e importados da China, bem como o principal parceiro comercial de cada um desses países latinos. Os três países em questão são o México, o Chile e a Argentina.

O México, dos países citados acima, é o que apresenta menor fluxo comercial com a RPC. Esta pesquisa não vai se dedicar a compreender os motivos disso acontecer e, portanto, se limita a mencionar que é um país geograficamente muito próximo aos EUA - o maior concorrente da China em termos de comércio internacional - e (provavelmente) em função disso os fluxos comerciais mais intensos são estabelecidos com os Estados Unidos (COMEX DO BRASIL, 2022).

Gráfico 05:

Fluxo comercial do México com a China e com o mundo em 2021



Fonte: elaboração própria a partir de dados do UN Comtrade.

Ainda que o México não estabeleça um fluxo comercial tão intenso com a RPC, pelo gráfico percebemos que a quantidade de itens importados do país asiático não é irrelevante, foram pouco mais de 101 bilhões de dólares em 2021. Em comparação com todos os produtos que o México importou nesse ano, os produtos chineses correspondem a 20% de sua pauta de importação. Dentre esses produtos os principais são: equipamentos de transmissão¹⁷ (US\$7,51 bilhões), peças de máquinas de escritório¹⁸ (US\$6,64 bilhões) e LCDs (US\$5,66 bilhões). (OEC, 2021 e UN COMTRADE, 2021).

Com relação às exportações do México para a China observa-se que a quantidade de itens é bem baixa quando comparada com as importações. O país latino exporta US\$9,08 bi, ou seja, menos de 10% do valor das importações, indicando um fluxo comercial desbalanceado

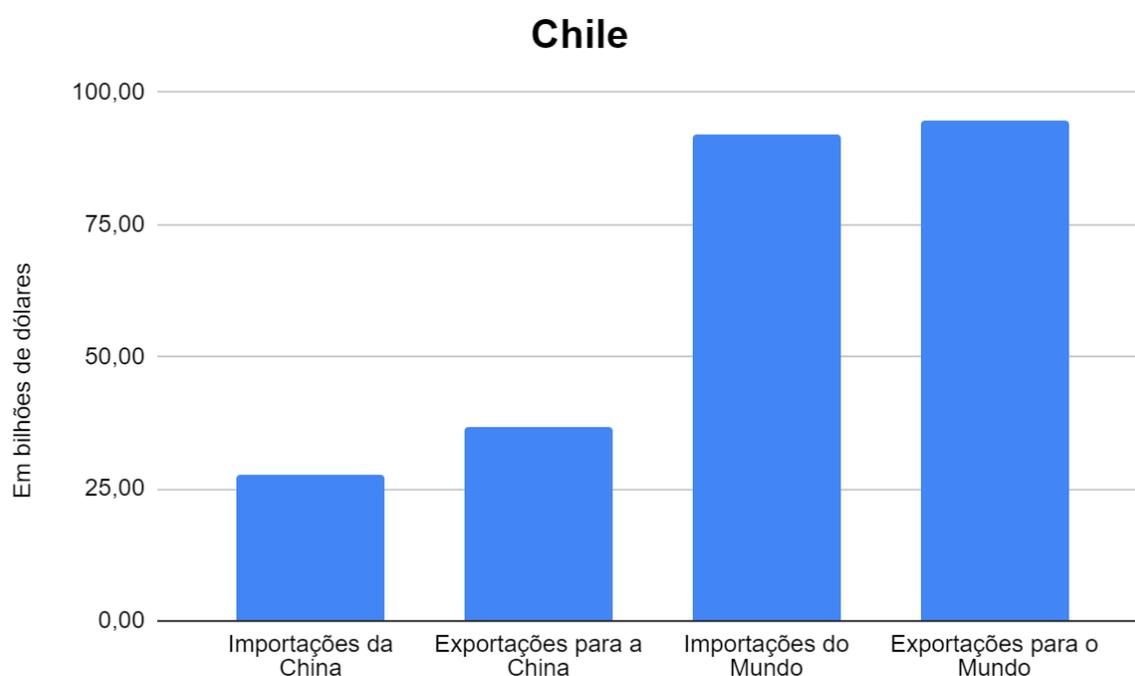
¹⁷ Tradução do autor, no original: *Broadcasting Equipment*.

¹⁸ Tradução do autor, no original: *Office Machine Parts*.

com a RPC, no qual o México exporta muito menos do que importa. Além disso, o principal produto exportado em 2021 foi o minério de cobre¹⁹ (US\$3,34 bilhões) seguido de motores de veículos, partes e acessórios²⁰ (US\$924 milhões) e minério de chumbo²¹ (US\$791 milhões) (OEC, 2021 e UN COMTRADE, 2021). Isso só reforça o argumento de que a China depende dos produtos dos países latinos para alimentar sua indústria.

Gráfico 06:

Fluxo comercial do Chile com a China e com o mundo em 2021



Fonte: elaboração própria a partir de dados do UN Comtrade.

Em comparação com o México, o Chile já apresenta fluxos comerciais um pouco mais intensos com a RPC, de modo que a China é a principal origem das importações e destino das exportações chilenas e, portanto, é o maior parceiro comercial que o país possui. Dessa forma,

¹⁹ Tradução do autor, no original: *Copper Ore*.

²⁰ Tradução do autor, no original: *Motor vehicles; parts and accessories*.

²¹ Tradução do autor, no original: *Lead Ore*.

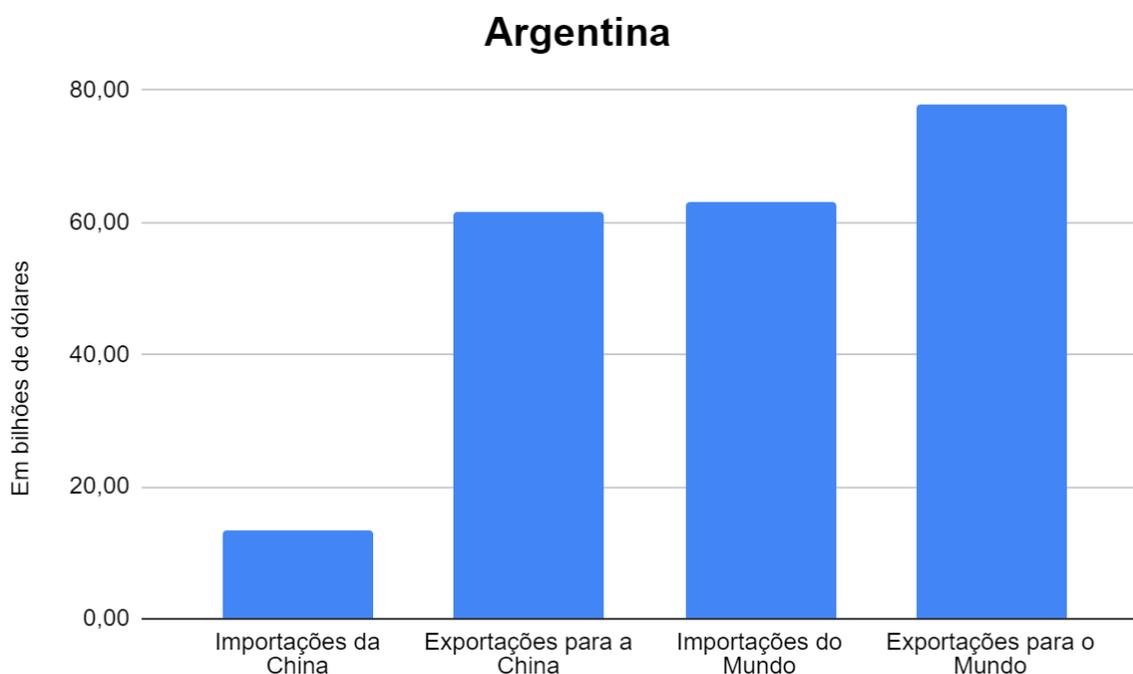
as importações de produtos chineses estão na casa dos US\$27 bilhões e correspondem a 30% de todos os produtos importados pelo Chile e destes destacam-se: equipamentos de transmissão (US\$1,73 bilhões), computadores (US\$1,35 bilhões) e carros (US\$1,23 bilhões). No geral, observa-se que os produtos importados pelo país latino são itens de alta incorporação de tecnologia (OEC, 2021 e UN COMTRADE, 2021).

Com relação às exportações chilenas para a RPC, constata-se que correspondem a quase 40% da pauta exportadora do país, totalizando US\$36,5 bilhões. Nesse sentido, os principais itens exportados foram: minério de cobre (US\$20 bilhões), cobre refinado (US\$6,6 bilhões) e minério de ferro (US\$ 2,25 bilhões)²² (OEC, 2021 e UN COMTRADE, 2021). Portanto, é possível constatar que a RPC está estabelecendo uma relação comercial com o Chile semelhante com a que tem estabelecido com outros países do continente, na qual ela exporta produtos de alta incorporação de tecnologia e importa dos países latinos *commodities* que alimentam a máquina industrial chinesa.

²² Tradução do autor, no original: *Iron Ore*.

Gráfico 07:

Fluxo comercial da Argentina com a China e com o mundo em 2021



Fonte: elaboração própria a partir de dados do UN Comtrade.

A Argentina tem a República Popular da China como principal destino de sua pauta exportadora²³, estabelecendo assim um relevante fluxo comercial com a potência asiática. No ano de 2021, importou US\$ 13,5 bilhões de dólares em produtos chineses, dentre os quais os mais relevantes são: computadores (US\$797 milhões), equipamentos de transmissão (US\$ 541 milhões) e outros compostos orgânico-inorgânicos²⁴ (US\$439 milhões) (OEC, 2021 e UN COMTRADE, 2021).

Com relação às exportações argentinas para a RPC observa-se um valor muito elevado (US\$61,56 bilhões) - quase 5 vezes maior que as importações oriundas do país asiático - correspondendo a mais de 78% das exportações da Argentina em 2021. Os principais produtos

²³ Com relação às importações argentinas, o Brasil é o país mais relevante.

²⁴ Tradução do autor, no original: *Other Organo-Inorganic Compounds*.

exportados pelo país latino em questão foram: soja (US\$1,78 bilhões), carne bovina congelada (US\$1,68 bilhões) e sorgo (US\$492 milhões).

Antes da pesquisa se aprofundar um pouco mais na relação sino-brasileira, uma conclusão prévia que pode ser tomada ao se analisar os países aqui expostos é a de que há um indicativo de que a China observa a América Latina como um fornecedor para a grande indústria chinesa em duas frentes: primeiro para fornecimento de matéria-prima a ser trabalhada e transformada em um outro produto de maior valor agregado e segundo para fornecimento de alimento para a população em geral (incluindo, obviamente, a mão-de-obra dessa indústria) (OEC, 2021 e UN COMTRADE, 2021).

3.3. Brasil e China: competição e dependência?

Como apresentado anteriormente nesta pesquisa, a RPC assume um outro papel no cenário mundial após 2001, e isso inclui mudanças no desenvolvimento das relações dela com os países latinos, em especial com a América do Sul, uma vez que se torna o maior parceiro comercial da maior parte dos países sul americanos. Nesse sentido, após a década de 1990 existe um salto nas relações político-econômicas sino-brasileiras, como exemplo houve um aumento relevante no índice de exportação de bens primários para a China, que era de 5% em 1991 e já em 2001 atingiu 40% (BANCO MUNDIAL, 2014 apud PRESTES, 2017).

As relações bilaterais entre esses dois países se desenvolveram mais a partir do ano de 2004 com o estabelecimento da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN). Oito anos depois o Premiê Wen Jiabao visita o Brasil e suas negociações conseguem elevar as relações entre os países para um patamar de “Parceria Estratégica Global”, parceria esta que “converge em interesses comuns em espaços de diálogos internacionais como o G-20 e os BRICS ao agremiar visões semelhantes sobre o papel e a força das economias emergentes, sobretudo no que tange às formas de governança global” (PRESTES, 2017, p. 116).

É justamente neste período que ocorre o boom das *commodities*²⁵ favorecendo os países latino-americanos - já que os mesmos são extremamente dependentes da exportação desses itens

²⁵ O boom das *commodities* representa um aumento no preço dos produtos agrícolas no mercado mundial.

- e intensificando as relações comerciais com a China, que possui um setor industrial dependente de produtos agrícolas (GRUSS e BASTOS, 2014). Assim, o Brasil conseguiu acumular divisas²⁶ e manter uma balança comercial superavitária (PRESTES, 2017).

De acordo com Prestes (2017, p.127), a relação sino-brasileira se enquadra em três diferentes categorias: i) complementaridade; ii) dependência; e iii) concorrência. Seria complementar uma vez que o Brasil busca uma estratégia de crescimento baseada no consumo interno apresentando uma baixa demanda externa, já a China teria um modelo diferente, com o crescimento econômico orientado para as exportações, o que acaba criando uma necessidade de importação, que vai desde alimentos à recursos energéticos, matérias-primas, dentre outros. Dessa forma, o país latino supre as necessidades da RPC e vice-versa e, segundo a autora, ambos países aproveitam as “vantagens comparativas” um do outro, o que, mais à frente a dissertação se esforçará para provar o contrário, tendo em vista que as tais vantagens comparativas mascaram (ou ao menos tentam) uma relação de dependência que tem se construído.

Com relação à “dependência”, na perspectiva de Prestes (2017), ela se observa na necessidade chinesa de obter *commodities* intensivas em recursos naturais (principalmente o minério de ferro) e alimentos oriundos do Brasil. Esses itens são essenciais para o desenvolvimento chinês que se apoia em sua indústria.

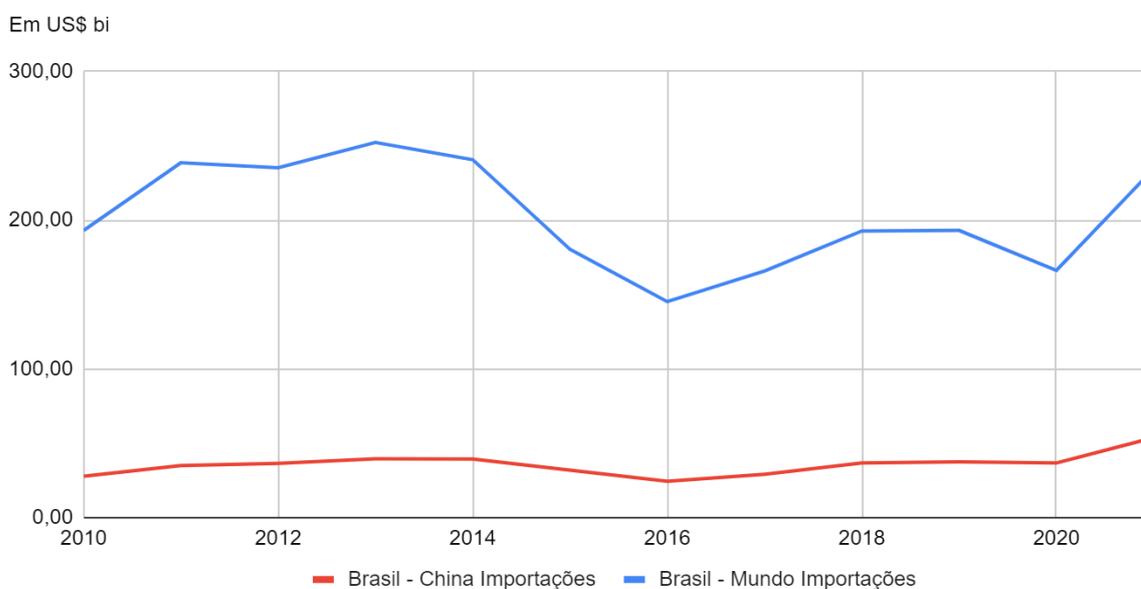
Por fim, a relação sino-brasileira seria pautada na concorrência também uma vez que, segundo a autora, tanto o Brasil como a China competem na cadeia de bens manufaturados e a RPC têm obtido sucesso em agregar cada vez mais valor nesses tipos de produtos e isso tem criado mais obstáculos para a indústria brasileira. Desse modo, a China tem se tornado um concorrente mais forte em manufaturados de alto valor tecnológico agregado, em especial na área de eletroeletrônicos. De acordo com o Banco Mundial (2014), muitos estados brasileiros acabaram se beneficiando dos vínculos comerciais com a China, porém Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Amazonas não. Ao investigar as razões de tais estados não terem se beneficiado, chegou-se à conclusão de que essas unidades federativas sofreram em função da concorrência com produtos chineses, já que nessas regiões se produz itens para exportação similares aos produzidos pelo país asiático (BANCO MUNDIAL, 2014 apud PRESTES, 2017).

²⁶ Reserva de moeda estrangeira dentro do país.

Com isso, de acordo com Prestes (2017), é notável que a China pode prejudicar a competitividade das exportações brasileiras em âmbito global, tendo em vista que compete no setor de manufaturados de média tecnologia, o que põe em xeque a ideia das vantagens comparativas. Como será exposto adiante, é notável que houve um crescimento em quantidade e em valor tecnológico dos itens chineses importados pelo Brasil.

Gráfico 08:

Importações brasileiras vindas da China e do mundo



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial, OEC e Trend Economy.

De 1995 a 2021 as importações chinesas cresceram a uma taxa de 18,5% ao ano, saindo de US\$650 milhões no ano de 1995 e chegando a US\$53,8 bilhões no ano de 2021 (OEC, 2021). Como já mencionado por Prestes (2017) anteriormente, o ano de 2010 é um divisor de águas e observa-se no gráfico, apesar de uma redução de 2014 a 2016, um fluxo de importações crescentes advindas da China nos últimos 11 anos. Aqui vale destacar que o período de baixa não indica necessariamente uma piora nas relações sino-brasileiras, tendo em vista que as importações que o Brasil realiza com o mundo, de modo geral, apresentaram uma queda nesses anos.

Tabela 01:

Importações brasileiras vindas da China e do mundo

Brasil - China Importações (em US\$ bilhões)	Brasil - Mundo Importações (em US\$ bilhões)	Percentual	Ano
27,83	193,18	14,41%	2010
35,02	238,71	14,67%	2011
36,47	235,40	15,49%	2012
39,63	252,28	15,71%	2013
39,35	240,76	16,34%	2014
32,00	180,46	17,73%	2015
24,41	145,25	16,81%	2016
29,10	165,86	17,54%	2017
36,72	192,84	19,04%	2018
37,46	193,16	19,40%	2019
36,74	166,34	22,09%	2020
53,80	234,69	22,92%	2021

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial, OEC e Trend Economy.

Ainda vale destacar que, nos anos de 2010 e 2011 a China não era a principal origem das importações brasileiras e sim os EUA, porém a partir de 2012 a RPC passa a ser o país que mais se destaca na pauta de importação brasileira²⁷, representando um percentual de 15,49% das importações em 2012 e chegando a quase 23% em 2021 (BANCO MUNDIAL; OEC; TREND ECONOMY, 2021).

Fica nítido que as exportações da RPC para o Brasil aumentaram significativamente nas últimas décadas, agora é essencial mostrar que houve também uma mudança no valor tecnológico desses itens transacionados. Para melhor compreender tal mudança serão aqui

²⁷ Com exceção dos anos de 2016 e 2017 que os EUA foram o país que mais exportou para o Brasil.

selecionados alguns anos que são “marcos” no histórico das relações entre os dois países, bem como os três produtos mais vendidos pela China em cada um desses anos.

Tabela 02:

Produtos importados da China pelo Brasil

Primeiro item mais importado pelo Brasil	Segundo item mais importado pelo Brasil	Terceiro item mais importado pelo Brasil	Ano
Coque de petróleo (9,21%)	Brinquedos (5,21%)	Receptores de rádio (4,82%)	1995
Filamento elétrico (6,48%)	Briquetes de carvão (5,80%)	Coque de petróleo (5,03%)	2001
LCDs (5,39%)	Telefones (4,27%)	Acessórios de transmissão (3,57%)	2010
Telefones (4,09%)	Acessórios de transmissão (3,76%)	Partes de máquinas de escritório (3,67%)	2012
Navios de propósito especial (8,3%)	Telefones (3,38%)	Dispositivos semicondutores (2,07%)	2018
Dispositivos semicondutores (5,64%)	Partes de máquinas de escritório (2,92%)	Telefones (2,62%)	2021

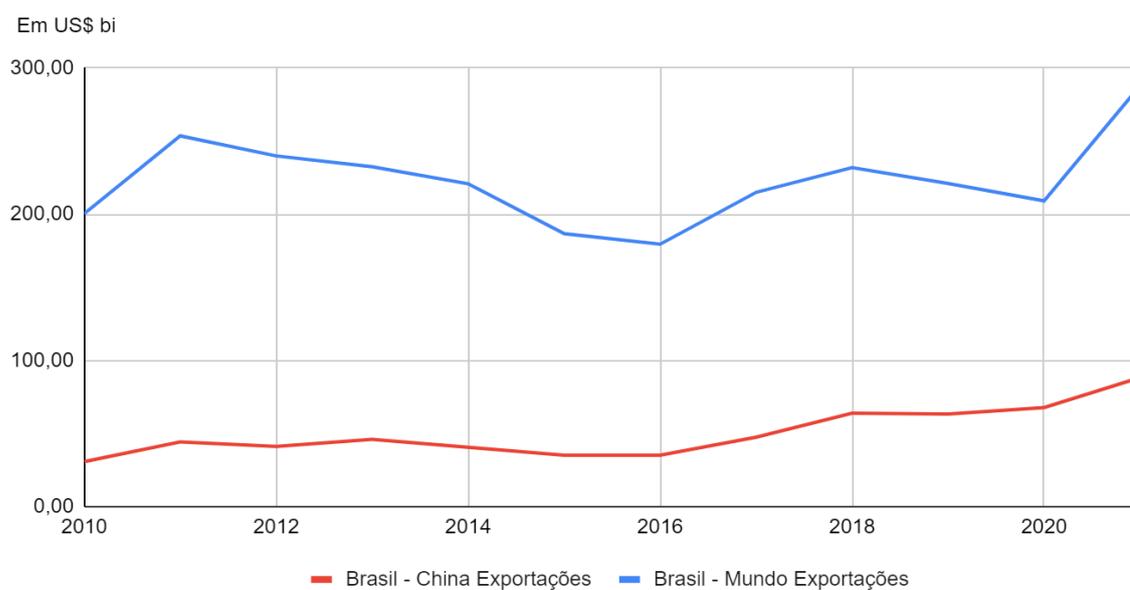
Fonte: elaboração própria a partir de dados da OEC.

No ano de 1995, antes da ascensão chinesa à OMC, a RPC exportava para o Brasil itens de baixa incorporação de tecnologia, sendo os principais: coquete de petróleo (9,21%), brinquedos (5,21%) e receptores de rádio (4,82%). Mesmo no ano que a China passa a fazer parte da OMC (2001) os produtos mais comercializados com o Brasil são *commodities*, de modo que as principais são filamento elétrico (6,48%), seguido por briquetes de carvão (5,8%) e coque de petróleo (5,03%). Todavia, cinco anos depois já é notável uma mudança na incorporação de tecnologia dos produtos que o Brasil importa da RPC, de modo que mais que 5% das importações são de LCDs, também tendo destaque telefones (4,27%) e acessórios de transmissão (3,57%). E com o passar do tempo os itens foram tornando-se mais tecnológicos, assim, em 2021, os principais itens que a China exporta para o país latino são: dispositivos semicondutores (5,64%), partes de máquinas de escritório (2,92%) e telefones (2,62%) (OEC, 2021).

É muito nítido que houve um aumento da incorporação de tecnologia nas exportações da RPC para o Brasil, porém resta a dúvida se o mesmo aconteceu com as exportações brasileiras para a China. Nesse sentido, a seguir será apresentada a evolução das exportações do Brasil para o país asiático, em comparação com as exportações para o mundo, bem como quais itens são exportados para a RPC.

Gráfico 09:

Exportações brasileiras para a China e para o mundo



Fonte: elaboração própria a partir de dados da UN Comtrade, Banco Mundial e OEC.

Tabela 03:

Exportações brasileiras para a China e para o mundo

Brasil - China Exportações (em US\$ bilhões)	Brasil - Mundo Exportações (em US\$ bilhões)	Percentual	Ano
30,75	200,43	15,34%	2010
44,30	253,67	17,47%	2011
41,23	239,95	17,18%	2012
46,02	232,54	19,79%	2013
40,61	220,92	18,38%	2014
35,16	186,78	18,82%	2015
35,13	179,53	19,57%	2016
47,49	214,99	22,09%	2017
63,93	231,89	27,57%	2018
63,36	221,13	28,65%	2019
67,79	209,18	32,41%	2020
88,30	288,00	30,66%	2021

Fonte: elaboração própria com dados da UN Comtrade, Banco Mundial e OEC.

Com relação às exportações brasileiras para a RPC é notável um aumento gradual ao longo dos anos, especialmente depois de 2016. Mesmo com a redução das exportações para o mundo, as exportações para a China, proporcionalmente, não apresentam uma queda relevante, de modo que no ano de 2010 a China já era o maior destino das exportações brasileiras, apresentando 15,34% das exportações do país (quase US\$31 bilhões). A partir de 2016 observa-se um aumento exponencial no valor das exportações, que chega até US\$88 bilhões no ano de 2021, representando pouco mais de 30% de todas as exportações brasileiras (BANCO MUNDIAL; OEC; UN COMTRADE, 2021).

Apesar do salto na quantidade das exportações brasileiras, resta a esta pesquisa se questionar: além do salto quantitativo houve também um salto qualitativo nas exportações? Em

outras palavras, o Brasil também passou a exportar para a República Popular da China itens com maior valor tecnológico agregado? A tabela a seguir tem o intuito de responder este questionamento.

Tabela 04:

Produtos exportados do Brasil para a China

Primeiro item mais exportado pelo Brasil	Segundo item mais exportado pelo Brasil	Terceiro item mais exportado pelo Brasil	Ano
Óleo de soja (42,6%)	Minério de ferro (11,9%)	Açúcar cru (10,2%)	1995
Soja (27%)	Minério de ferro (24,3%)	Celulose sulfato (6,28%)	2001
Minério de ferro (43,3%)	Soja (23,2%)	Petróleo bruto (13,2%)	2010
Minério de ferro (36,4%)	Soja (28,9%)	Petróleo bruto (11,7%)	2012
Soja (42,5%)	Petróleo bruto (22,5%)	Minério de ferro (17,1%)	2018
Minério de ferro (32,7%)	Soja (30,9%)	Petróleo bruto (16,1%)	2021

Fonte: elaboração própria a partir de dados da OEC.

A partir desses dados a resposta é que a incorporação de tecnologia dos itens que o Brasil exporta para a China praticamente não apresentou mudanças significativas. Em 2001, quando a RPC se insere na Organização Mundial do Comércio, as exportações brasileiras consistiam em soja (27%), minério de ferro (24,3%) e celulose sulfato (6,28%). Em 2010 a grande mudança não foram os itens em si, mas sim a porcentagem deles, uma vez que 43% das exportações para o país asiático foram minério de ferro, seguido por um percentual menor de soja (23,2%) e petróleo bruto (13,2%) - em função da descoberta do Pré-sal em 2006. Em 2021, novamente, observa-se apenas mudanças no percentual desses itens, sendo que minério de ferro representou 32,7%, soja 30,9% e petróleo bruto 16,1% (OEC, 2021).

De modo geral, no decorrer desses 26 anos (de 1995 a 2021), os itens mais exportados foram 5: minério de ferro, soja, petróleo bruto, óleo de soja, açúcar cru (OEC, 2021). Esses produtos apresentam uma coisa em comum, todos são *commodities* de baixa incorporação de tecnologia. Com isso esta pesquisa constata que, apesar de em termos quantitativos o Brasil ter estabelecido relações comerciais superavitárias com a China, em termos qualitativos o Brasil tem importado itens de alto valor tecnológico agregado e exportado grandes quantidades de

commodities, de modo que a relação comercial que está sendo construída caminha para uma relação de dependência, como será explorada no próximo capítulo, em que o Brasil tem fornecido para essa grande potência asiática itens que aparentemente tem o intuito de, concomitantemente, fornecer matéria prima para a indústria chinesa e fornecer alimentos (direta ou indiretamente) para a mão-de-obra chinesa. O próprio Vadell (2011) identificou há mais de uma década essa nova relação entre a China e o país latino, apresentando prejuízos que o Brasil teria com uma possível nova configuração centro-periferia no século XXI.

Como colocado acima, o terceiro capítulo buscará construir um aporte teórico que explique como os dados apresentados neste tópico da dissertação apontam para uma relação de dependência que a China desenvolve com o Brasil. Todavia, as discussões do presente capítulo ainda não foram esgotadas, uma vez que é necessário apresentar também as empresas chinesas que atuam em território brasileiro, de modo que a remessa de lucros que elas mandam para as matrizes em território chinês são parte fundamental dessa nova configuração política e econômica entre as duas nações.

3.4. A inserção de empresas chinesas no Brasil

Como apresentado no tópico anterior, produtos chineses estão inseridos no mercado e na vida do brasileiro nos últimos anos. Alguns autores, como Dunning (1973;1988) tratam dos fatores que levam uma empresa a buscar a realização de IDE e, apesar de Dunning escrever pensando no cenário que ele observa nos EUA e na Inglaterra, é possível traçar um paralelo com a China, uma vez que para o autor esses fatores seriam: busca por recursos naturais, busca por mercados, busca por ativos estratégicos²⁸ e busca por eficiência.

Com base nos itens que o Brasil mais exporta para a RPC, não é leviano afirmar que a busca pelos recursos naturais tem um peso importante na decisão de uma empresa chinesa direcionar seus investimentos para o país. Além disso, tendo em vista os itens que o Brasil mais importa da China, é evidente que as empresas chinesas observam o mercado brasileiro como um espaço de crescimento, cujo investimento é vantajoso para elas.

²⁸ Esse fator é mais comum em fusões e aquisições, onde marca, capital humano e redes de distribuição são fatores essenciais para a empresa.

Sendo assim, empresas chinesas têm adentrado no Brasil de diferentes formas nas últimas décadas, algumas delas instalaram planta produtiva em território nacional, outras realizaram fusões e aquisições com empresas que já atuavam no país e ainda tem casos de empresas que simplesmente exportam os produtos para terras brasileiras. Por isso, esta pesquisa se dedicará a apresentar, ainda que brevemente, algumas dessas empresas, seus setores de atuação e seus resultados financeiros. As empresas em questão são: Huawei, Lenovo e Xiaomi. A escolha de cada uma das empresas será justificada a seguir.

3.4.1. Huawei

A Huawei foi uma empresa selecionada para essa pesquisa por alguns fatores, mas os preponderantes são: o setor altamente tecnológico que ela atua e a forma que ela se insere no Brasil. A empresa surgiu em 1988 produzindo equipamentos de Telecom e dispositivos de rede, também atuando como prestadora de serviços de redes 3G. Além disso, passou a produzir posteriormente aparelhos como smartphones, relógios, notebooks e outros similares (THE ECONOMIST, 2011; CHINA2BRAZIL, 2022).

Na década de 1990, a Huawei investiu pesadamente em P&D²⁹, com o objetivo de atender as demandas em território nacional e com o passar dos anos conseguiu se expandir o suficiente para realizar investimentos internacionais (WU e ZHAO, 2007; OLIVEIRA, 2012). Dentre os motivos da internacionalização da empresa se destacam: a grande competição no mercado chinês, a alta concorrência presente no setor de Telecom - que cria uma necessidade de inserção em grandes centros - e uma busca pela expansão, já que se restringir ao mercado interno poderia ser um empecilho para o crescimento da empresa (WU e ZHAO, 2007). É fundamental entender que o Estado chinês foi extremamente necessário no processo de internacionalização da Huawei, uma vez que houve suporte estatal para a empresa que, inclusive, criou elos políticos com o governo da RPC (ZHU, 2008).

No que diz respeito à inserção no mercado brasileiro, a Huawei passou por duas etapas/fases de atuação. A primeira fase se inicia em 1999, quando a empresa estabelece escritórios comerciais em solo brasileiro avaliados em US\$10 milhões, e finda em 2006 quando a empresa fechou um contrato de telefonia com a operadora VIVO. A segunda fase é então marcada por uma grande expansão, na qual o surgimento de redes 3G e dos modems gerou uma

²⁹ Pesquisa e desenvolvimento

demanda por empresas como a Huawei, que por sua vez desenvolvia essas redes e produzia esses modems para grandes operadoras no Brasil (OLIVEIRA, 2012).

Em uma entrevista para a revista *Veja*, Atilio Rulli³⁰ revelou que a Huawei tem o objetivo de auxiliar na construção de uma “nação digital”, ou seja, de intensificar o processo de inserção digital do país na “nova economia digital”. Em um encontro da delegação presidencial brasileira na China, ocorrido no início de abril de 2023, foram apresentadas as iniciativas da empresa já em curso no território brasileiro, destas destaca-se o contato com a banda larga móvel e com o 5G. Há uma parceria com o governo do Amazonas que, de acordo com Rulli, promoverá conectividade para pequenas comunidades ribeirinhas criando assim inclusão digital e social. Além desse projeto, há um na Bahia onde a Huawei está promovendo internet 5G para 1000 escolas estaduais. Nos últimos 10 anos foram investidos R\$250 milhões em pesquisa e inovação no Brasil, apenas no ano de 2022 isso gerou R\$1,6 bilhões de reais em impostos (VEJA, 2023).

O que se observa aqui é um alto investimento em P&D no Brasil, porém, apesar da empresa apresentar um discurso que a coloca como pioneira (ou pelo menos como referência) do processo de integração digital do Brasil, há um questionamento para se fazer em duas instâncias, primeiramente na perspectiva individual da Huawei: o que a empresa ganha com isso? E em um âmbito mais geral, como esse processo colabora com o desenvolvimento de uma relação de dependência do Brasil com a China?

A resposta para a primeira pergunta é simples: a empresa tem um bom retorno financeiro ao conseguir vender seus serviços para o Estado brasileiro, o que só ampliará seus lucros e valorizará suas ações dentro do mercado financeiro. Todavia, a segunda questão é um pouco mais complexa e portanto não será respondida inteiramente neste capítulo, porém serão colocadas adiante informações muito importantes para a construção da resposta no capítulo 3, uma vez que se verifica abaixo o relatório anual da Huawei Technologies, onde se encontram informações relevantes do desempenho da empresa no ano como por exemplo quanto lucro a empresa teve ao longo do ano contábil de 2021.

³⁰ Vice-presidente de relações públicas da Huawei.

Tabela 05:

Resultados Financeiros Huawei 2021

Huawei	2021	
	(US\$ bilhões)	(¥ bilhões)
Revenue / Receita	99,887	636,807
Operating profit / Lucro operacional	19,044	121,412
Operating margin / Margem operacional	19,10%	19,10%
Net profit / Lucro líquido	17,837	113,718

Fonte: elaboração própria a partir de dados divulgados pela Huawei Technologies.

Primeiramente é importante destacar que a Huawei não passa pelas mesmas auditorias que empresas inseridas no mercado de ações passam, uma vez que a Huawei Technologies não possui ações na bolsa e, portanto, em seu relatório anual não está discriminado o valor que as filiais repassam para a matriz - situada em território chinês (EXAME, 2023). Todavia, é sabido que o cálculo da receita (e de outros indicadores) da empresa é realizado somando o valor da matriz com o valor das filiais dentro e fora da China. Dessa forma, a empresa teve uma receita de quase US\$100 bilhões (¥636,807 bilhões³¹) e parte desse valor vem das filiais em território estrangeiro - incluindo o Brasil. Além disso, o lucro líquido da empresa é um valor também muito alto, chegando a quase US\$20 bilhões, o que indica que a Huawei apresenta uma relevância para o mercado internacional (HUAWEI, 2022).

3.4.2. Lenovo

A Lenovo é uma empresa que também atua no setor de tecnologia produzindo principalmente notebooks, mas também atua no mercado de smartphones, impressoras e até mesmo servidores. Porém, esse não é o único motivo pelo qual a empresa foi selecionada para esta dissertação, a forma pela qual a empresa se inseriu no mercado brasileiro é tão relevante

³¹ ¥ é o símbolo que representa o yuan - nome popular da moeda chinesa.

quanto o setor em que atua. Nesse sentido, é necessário passar brevemente pela história dessa companhia.

Diferente da Huawei, a Lenovo se insere com expressividade não só no Brasil, mas também no mercado mundial, através da aquisição da International Business Machines Corporation³², mais conhecida como IBM, adquirindo primeiro o setor de computação, em 2005, e depois adquirindo, em 2014, o sistema conhecido como *System X*. Portanto, é relevante apresentar também - ainda que brevemente - a história da IBM no Brasil, que se inicia com sua chegada no ano de 1917. Apenas 3 anos após se estabelecer no país, a empresa realizou um censo demográfico no Brasil, sendo a primeira contagem automática de dados realizada em território nacional. Cinquenta anos depois, após o lançamento da internet nos EUA, a IBM implementou um sistema que realizava a integração e também aprimoramento de dados bancários no Brasil (IBM, 2018).

Enquanto a IBM, em 1981, apresentava o primeiro computador pessoal (PC)³³, o fundador da Lenovo estava prestes a criar a New Technology Developer Inc. (em 1984) - que é a empresa que antecede o Legend Group - financiado pela Academia Chinesa de Ciências³⁴. Apenas 5 anos após lançar o primeiro PC a IBM lançou seu primeiro computador portátil. Em 1990, a Legend apresenta seu primeiro computador pessoal (9 anos depois da IBM) e passa a fabricar seus próprios computadores e 6 anos depois lança seu primeiro laptop, se tornando - em 1999 - a maior fornecedora de computadores pessoais na região da Ásia-Pacífico. No ano de 2003, tendo em vista a expansão para o mercado internacional, a Legend anuncia o novo logotipo: “Lenovo” e dois anos depois, como citado anteriormente, a empresa realiza a aquisição da divisão de computação da IBM. Por fim, em 2014, a Lenovo anunciou que iria adquirir os servidores *System X* da IBM (LENOVO, 2023).

A empresa também investe em P&D e se apresentou como pioneira em investimentos em Inteligência Artificial (IA) e internet das coisas (IoT)³⁵ e, inclusive, implementaram essas tecnologias dentro de seu processo produtivo, na planta de Indaiatuba-SP. De acordo com a empresa, houve um aumento de produtividade em função da automatização dos processos (SEGS, 2020). Não está no escopo desta dissertação se aprofundar nas discussões acerca dos

³² Em tradução livre: Corporação Internacional de Máquinas de Negócios.

³³ Sigla em inglês para computador pessoal - *Personal Computer*.

³⁴ Mais um exemplo da presença do Estado chinês para o desenvolvimento de empresas de tecnologia.

³⁵ Em inglês: *Internet of Things*, é um conceito recentemente desenvolvido no qual objetos se integram por meio de sensores, softwares e chips.

problemas que essas novas tecnologias causam nas relações de trabalho e na vida do proletariado dos países periféricos, porém seria irresponsável por parte desta pesquisa não comentar que tais processos intensificam o processo de superexploração do trabalho nos países dependentes.

Tabela 06:

Resultados Financeiros Lenovo 2021:

Lenovo	2021	
	(US\$ bilhões)	(¥ bilhões)
Revenue / Receita	60,74	387,24
Operating profit / Lucro operacional	2,18	13,90
Share of gains of associated companies / Ganhos advindos das filiais	0,32	2,04
Gross profit / Lucro bruto	9,76	62,22

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Lenovo.

Nesse Demonstrativo de Resultado do Exercício (DRE) da Lenovo é possível observar que ela apresenta uma receita muito alta (60 bilhões de dólares) e um lucro bruto também alto que chega a quase US\$10 bilhões. A empresa também apresentou um lucro operacional de pouco mais de US\$2 bilhões e 14,6% desse lucro operacional vem das filiais em território estrangeiro, incluindo o Brasil. Assim, novamente é notável que há um expressivo retorno de capital para a matriz (mais de US\$320 milhões de dólares) que se situa em território chinês (LENOVO, 2022).

3.4.3. Xiaomi

A Xiaomi, tal qual a Huawei e a Lenovo, atua no setor de alta tecnologia tendo como base de seu portfólio³⁶ smartphones (e alguns dispositivos domésticos tecnológicos - como airfryer, aspiradores inteligentes, lâmpadas e purificador de ar - ou seja, produtos que se inserem no grupo de produtos IoT). Porém, a Xiaomi se diferencia das outras duas empresas

³⁶ Lista de produtos que a empresa vende.

apresentadas anteriormente por não ter planta produtiva no Brasil, sendo escolhida para essa pesquisa justamente para mostrar outra forma pela qual empresas chinesas se inserem no mercado brasileiro (UOL, 2022).

Comparada com a Huawei e com a Lenovo, a Xiaomi é uma empresa bem mais recente e, apesar de ter sido fundada em abril de 2010, ela já ocupa um bom espaço no mercado mundial e inclusive no Brasil (FENG et al, 2021). O *market share*³⁷ da Xiaomi sobre os smartphones no mercado brasileiro cresceu rapidamente. No último trimestre de 2019, a empresa apresentava menos de 5% da parcela de mercado no país e, apenas 3 anos depois (no último trimestre de 2022), já apresentou 13% de *market share* (GLOBAL STATS, 2023). Ainda é importante ressaltar que a empresa chega no Brasil no ano de 2014 e encerrou suas atividades em 2016, voltando ao país somente 3 anos depois (CANALTECH, 2023).

Como mencionado anteriormente, a Xiaomi não apresenta planta produtiva no Brasil e, portanto, se insere no mercado brasileiro por meio de exportações para o país. É uma forma de entrada que apresenta menores custos e facilita que a empresa explore o novo mercado com menores riscos (HITT et al, 2003). Em 2019, Luciano Barbosa³⁸ deu uma entrevista para a Canaltech explicando que o consumidor brasileiro mostra mais interesse na variedade dos produtos que a Xiaomi produz, mas ainda comentou que existia um estudo para a produção de aparelhos em território brasileiro. Três anos depois, Luciano Barbosa³⁹, em uma nova entrevista dada à Canaltech, afirmou que a empresa retornou com os estudos para a implementação de fábricas no Brasil (após uma pausa durante a pandemia causada pelo coronavírus), e isso pode aprofundar as relações da empresa com o país.

³⁷ Também conhecido como parcela de mercado, é um conceito utilizado para designar percentualmente a parcela de mercado que uma empresa possui em um determinado produto.

³⁸ Foi o Diretor de Operações e Expansão da Xiaomi Brasil no ano de 2019.

³⁹ Atual Diretor de Produtos da Xiaomi Brasil.

Tabela 07:

Resultados Financeiros Xiaomi 2022

Xiaomi	2022	
	(US\$ bilhões)	(¥ bilhões)
Revenue / Receita	40,64	280
Net profit / Lucro líquido	1,23	8,5
Gross profit margin / Margem de lucro bruto	17%	17%

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Xiaomi.

A Xiaomi, no ano de 2022, apresentou uma receita de mais de 40 bilhões de dólares - um valor muito expressivo para uma empresa jovem - e um lucro líquido de pouco mais de US\$1,2 bilhões. Sendo assim, é importante reforçar que, como a empresa não tem fábrica no Brasil, não é necessário para esta pesquisa buscar a informação dos ganhos advindos das filiais. Todavia, a média do *market share* da Xiaomi no ano de 2022 foi de 12,28% e, de acordo com o estudo realizado pela IDC Brasil (2023), foram comercializados 40,6 milhões de smartphones no Brasil. Assim, é possível calcular que a Xiaomi exportou mais de 5,2 milhões de smartphones para o país. Levando em conta que o carro chefe da empresa no mercado brasileiro são os smartphones é possível perceber que a mesma tem um bom retorno com as vendas de seus produtos no Brasil, tendo em vista que a empresa também vende outros itens, tais como os dispositivos domésticos eletrônicos que não entram nessa conta.

De toda forma todas essas empresas expostas neste capítulo, apesar de apresentarem particularidades quanto ao processo de inserção e atuação no Brasil, tem um ponto em comum: o capital que elas investem no território brasileiro retorna para a China e isso também faz parte do processo de criação de uma relação de dependência que a RPC tem construído com o Brasil via exportação de capital, que será explorado adiante.

4. CAPÍTULO 03: A AMÉRICA NÃO É MAIS PARA OS AMERICANOS

O presente capítulo tem como objetivo desenvolver um aporte teórico que explique de que forma está sendo construída uma relação centro-periferia entre China e América Latina, em especial China - Brasil, (ainda que bem distinta da forma que os Estados Unidos e alguns países da Europa construíram com o continente latino-americano). Para atingir tal objetivo, nesta seção serão retomados pontos fulcrais do argumento construído previamente nos capítulos 1 e 2, associando o desenvolvimento industrial chinês com as trocas desiguais entre Brasil e China em termos de comércio internacional, de modo a relacionar tal processo com o fluxo de capitais que saem do território brasileiro para a RPC. Nesse sentido, este capítulo busca mostrar que “a América não é mais para os americanos”, uma vez que os chineses adentraram no continente e têm obtido sucesso numa “nova” relação Centro-Periferia.

4.1. O fim do show de James Monroe

James Monroe foi o 5º presidente dos EUA e partiu dele a então conhecida Doutrina Monroe. Essa doutrina surgiu de um discurso de Monroe no dia 2 de dezembro de 1823 no Congresso estadunidense e definiu uma ruptura com a Europa, no sentido de estabelecer políticas que não permitissem a intervenção europeia no continente americano como um todo (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2009). Todavia, o intuito principal da Doutrina Monroe era defender os interesses dos Estados Unidos na América Latina, de modo que os EUA pudessem estabelecer um domínio no continente, permitindo assim a construção de uma relação de dependência entre a grande potência econômica norte-americana e o resto da América.

Esta dissertação argumenta que o poder e influência estadunidense na América Latina foram hegemônicos até a chegada da China no continente pelas vias econômicas. Sendo assim, é importante ressaltar que a RPC não estabelece relações com países latino-americanos que apresentem viés belicoso. As relações entre o país asiático e a América Latina se dão por vias econômicas e, portanto, não são tão violentas. Nesse sentido, justamente por conta do estreitamento desses laços econômicos sino-latino-americanos, não é leviano afirmar que a Doutrina Monroe pode ter encontrado o início de seu fim dois séculos após ter sido criada.

A presença da China na América Latina tem uma importância muito grande inclusive para o impulso de crescimento no continente. Como colocado no capítulo anterior, os EUA

direcionaram, no final dos anos 1990 e no início dos anos 2000, sua atenção para o Oriente Médio e Rússia no quesito geopolítica e, em termos econômicos, se voltou para a China e para o Sudeste Asiático. Em função disso, a América Latina, em plena crise econômica, encontrou a RPC como uma saída e é justamente em 2001/2002 que as relações entre a China e o continente latino-americano se estreitam (VADELL, 2011).

De acordo com Javier Vadell (2011), existem quatro principais fatores que levaram o estreitamento do país asiático com os países latinos: um esforço chinês para manter o isolacionismo de Taiwan em termos geopolíticos; a busca por parte do governo chinês de obter apoio em foros e instituições multilaterais⁴⁰; o crescimento chinês sendo cada vez mais dependente de recursos energéticos e outras *commodities* que são encontradas nos países da América Latina; e o continente latino-americano ser um potencial mercado para os produtos chineses. Para esta pesquisa os últimos dois fatores são os mais relevantes e serão um pouco mais explorados.

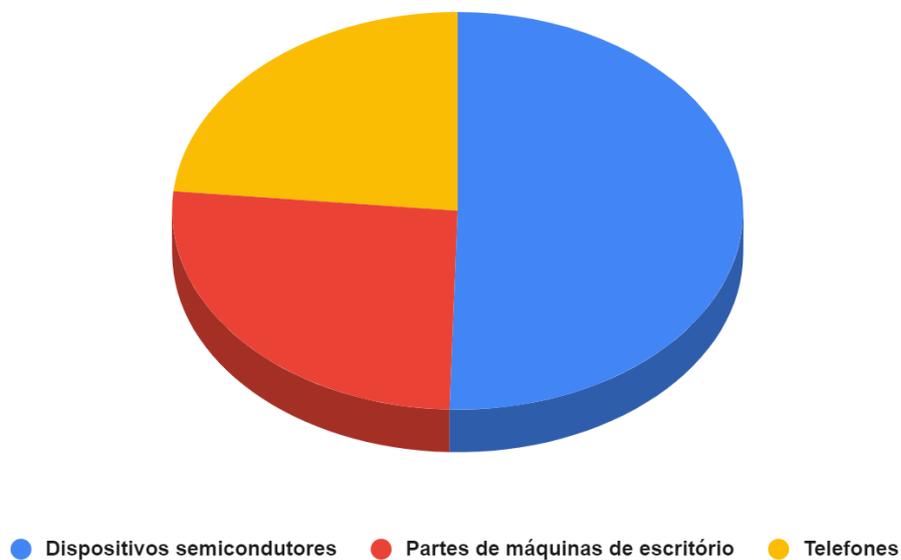
4.1.1. Brasil “a preço de banana”

Foi observado no tópico 3.3 desta pesquisa que as exportações brasileiras para a RPC se concentram em *commodities* e Vadell (2011) identificou isso há mais de dez anos, de modo que também identificou que as exportações chinesas se concentram em manufaturados. De acordo com o autor, os benefícios do comércio RPC - América Latina se concentram em poucos setores, enquanto as exportações advindas da RPC para o continente são compostas por eletrônicos e produtos mecânicos. Sendo assim, o Brasil e a Argentina teriam maior prejuízo em curto-médio prazo, uma vez que são países que apresentam parques industriais mais desenvolvidos em comparação com outros países do continente latino-americano. Com o objetivo de relembrar o leitor dos dados apresentados anteriormente e deixar graficamente exposta a diferença dos itens transacionados entre Brasil e China, na sequência estão, respectivamente, o gráfico com os 3 produtos mais exportados da RPC para o território nacional e o gráfico com os 3 produtos brasileiros mais exportados para o território chinês.

⁴⁰ Como a ONU, cujo voto dos Estados tem o mesmo peso.

Gráfico 10:

Principais produtos exportados da China para o Brasil em 2021:



Fonte: elaboração própria a partir de dados da OEC.

A China exportou para o Brasil diversos itens no ano de 2021, mas destes se destacam dispositivos semicondutores (5,64%); partes de máquinas de escritório (2,92%) e telefones (2,62%). Todos estes são itens de alta incorporação de tecnologia.

Gráfico 11:

Principais produtos exportados do Brasil para a China em 2021:



Fonte: elaboração própria a partir de dados da OEC.

Já com relação aos produtos que o Brasil exporta para a RPC, temos uma variedade muito menor de produtos, de modo que 32,7% dessas exportações é composta por minério de ferro, seguido de 30,9% de soja e 16,1% de petróleo bruto. Todos esses itens são considerados *commodities* e são itens que são essenciais para a indústria chinesa, uma vez que são matéria prima para a produção industrial - inclusive dos itens que a RPC exporta para o Brasil - e também auxiliam direta ou indiretamente nas condições de vida do trabalhador chinês.

Rui Mauro Marini (2017), contribui para a compreensão deste fenômeno ao tratar da dependência latino-americana. É importante ressaltar que o autor em questão desenvolve sua teoria analisando os países da América Latina como subordinados de países europeus e dos EUA, porém o trabalho desta dissertação se encontra justamente em mostrar que a teoria se aplica no caso chinês. Sendo assim, Marini coloca que o continente latino-americano se insere em uma estrutura de Divisão Internacional do Trabalho (DIT) que vai determinar o sentido do desenvolvimento e, é justamente daqui que sai o conceito de dependência, de modo que a mesma seria “entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são

modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2017, p.327). Colocando em outras palavras e aplicando esse conceito dentro da pesquisa, a relação entre RPC e América Latina e, especialmente o Brasil, é uma relação em que o país latino em questão teve suas relações de produção modificadas para atender às demandas dos países centrais tradicionais, de modo a garantir um “ciclo vicioso” em que o Brasil se torna uma fonte de recursos energéticos e alimentos e a RPC aproveita dessas mesmas modificações, assim a China exporta produtos de alto valor tecnológico e econômico agregado.

O Marini trata justamente dessa “função” da América Latina para países centrais como fornecedora de matéria prima e fornecedora de alimentos. A questão relativa ao fornecimento de matérias primas fica bem nítida quando se leva em consideração a importância principalmente do minério de ferro para a indústria chinesa e também do petróleo bruto, que além de matéria-prima para a produção do plástico, pode ser usado também como fonte de energia.

Já com relação ao fornecimento de alimentos, essa função está relacionada com a classe operária, uma vez que o trabalhador chinês precisa ter sua subsistência garantida e, com a importação de alimentos dos países subordinados/dependentes, há uma redução do valor necessário para a reprodução da força de trabalho no país, de modo que isso permite uma redução dos salários, ou ao menos não gera necessidade de aumento salarial, já que o custo de vida do trabalhador foi reduzido⁴¹. Ao que tudo indica, não seria leviano afirmar que isso se verifica no caso chinês. O fornecimento de alimentos inclusive se dá de modo direto e indireto, direto porque a soja é fundamental para a indústria alimentícia por se tornar óleo de cozinha e indireto porque seu uso é tão amplo que se torna base da alimentação de suínos, que se tornarão alimentos para o trabalhador chinês posteriormente (PORTO e SOUSA, 2022).

Além disso, Prebisch (1949) também contribui para esta dissertação ao explicar que há um intercâmbio desigual que se encontra na diferença de valor dos bens primários, ou seja, das *commodities* que o Brasil exporta para a China com o valor dos bens importados oriundos da RPC. De acordo com Marini (2017), as nações industriais produzem bens que outras não produzem, ou que têm maior dificuldade de produzir. Assim, comercializar produtos a preços superiores acaba por configurar uma troca desigual. Nesse sentido, para Marini, há uma grande exploração da mais-valia em países com pouca ou nenhuma indústria e aqui se observa uma

⁴¹ Em outras palavras, como o custo de vida para o operário chinês diminuiu é possível pagar menores salários sem alterar o poder de compra do mesmo.

transferência de valor de uma nação para outra por meio dessas trocas desiguais e isso expressa uma transferência de mais-valia.

Uma visão contrária ainda pode argumentar que o Brasil possui um parque industrial relativamente avançado na região, mas é estulto - ou pelo menos inocente - aquele que não leva em consideração que a concorrência das empresas chinesas influencia negativamente na indústria local. A própria Prestes (2017) identificou - e já foi citado anteriormente nesta pesquisa - que os estados brasileiros que não se beneficiaram com os vínculos comerciais estabelecidos com a RPC são os estados que apresentam maior desenvolvimento industrial dentro do país, justamente por não conseguirem concorrer com os produtos oriundos da RPC. E Vadell (2011) mostra que esse processo é causador da reprimarização⁴² da pauta exportadora brasileira, ou seja, não é uma questão de vantagens comparativas e sim uma questão de deterioração dos termos de troca entre Brasil e China.

4.1.2. Desindustrialização brasileira e a influência da China nesse processo

Se tratando da desindustrialização brasileira é importante abordar, ainda que de forma mais sucinta, um pouco da história da industrialização brasileira para compreender o processo. Sendo assim, dos anos 1950 até os anos 1970 foi implementada no Brasil a industrialização substitutiva de importações.

Durante o segundo governo de Getúlio Vargas, desenvolveu-se uma tentativa de avançar na construção de uma infraestrutura para o desenvolvimento econômico que permitiria a integração entre a indústria pesada de bens de capital⁴³ e de insumos utilizando o capital público em setores estratégicos como o de extração de petróleo, o de eletricidade e a siderurgia. Para tornar esse projeto exequível, Vargas buscou nos EUA empréstimos e cooperação técnica. Todavia, no início dos anos 1950, especialmente no ano de 1952, o Brasil apresentou um grande déficit na balança comercial⁴⁴ e já naquele momento explodia o processo de substituição de importações, com o intuito de proteger a indústria buscando a transferência de recursos⁴⁵ dos

⁴² Vadell trata da reprimarização, mas esta pesquisa entende que um termo mais adequado para compreender esse processo é a desindustrialização da economia.

⁴³ Bens de capital são bens que são utilizados para a produção de outros bens, tal como as máquinas e equipamentos.

⁴⁴ O déficit foi de aproximadamente 4% do PIB.

⁴⁵ Principalmente capital e trabalho.

setores agrícolas para as indústrias (LOPES et al, 2007). Em decorrência disso, a industrialização por meio da substituição de importações gerava um consumo muito alto das divisas do Brasil, assim fez-se necessário criar a Instrução 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), que naquele momento criou taxas múltiplas de câmbio e também leilões de câmbio como alternativa ao controle direto das importações, estimulando, dessa forma, a importação de determinados bens em detrimento de outros (CAPUTO e MELO, 2009).

Desse modo, de acordo com Caputo e Melo (2009), a política cambial, advinda da Instrução 70, realizava uma conciliação entre a proteção da indústria e o reforço das finanças do Brasil tendo em vista assegurar o investimento em infraestrutura. Contudo, em função de outros fatores internacionais e internos⁴⁶, que não cabem no escopo desta dissertação, tem-se como desfecho dessa história uma crise política que culmina no suicídio de Getúlio Vargas e a posterior eleição de Juscelino Kubitschek (JK), em 1955.

Tendo como base esse contexto, entre a década de 1950 e 1970, tinha-se uma expectativa de mudanças na qualidade da pauta importadora e, principalmente após a década de 1960, mudanças na qualidade da pauta de exportações do país, buscando diversificá-la para que se reduzisse a vulnerabilidade intrínseca à dependência de alguns itens primários exportáveis. Entre 1964 e 1980 observou-se a diversificação da pauta exportadora, de modo que não havia mais somente bens primários, ou seja, observou-se uma redução na participação dos produtos agrícolas na pauta exportadora. Porém, essa mudança na qualidade das exportações não foi suficiente para findar com a dependência do Brasil com o saldo comercial gerado por algumas *commodities*⁴⁷ (NASCIMENTO et al, 2009).

De acordo com Nascimento et al (2009), autores como Caio Prado Jr e Francisco Oliveira mostram que o âmago da dependência estrutural de *commodities* se localiza no governo JK, quando o Brasil busca no capital estrangeiro a aceleração do processo de industrialização, já em curso. Nascimento e seus colaboradores ainda acrescentam que Celso Furtado apresenta um argumento complementar de que o processo de desnacionalização da indústria nacional foi acelerado nesse mesmo período histórico, gerando o aprofundamento da “modernização responsável pela redução do subdesenvolvimento brasileiro e, por conseguinte, da dependência

⁴⁶ Como fator externo de grande relevância pode-se citar a Guerra Fria, em especial o conflito da Coreia, que agravou a crise nas contas externas do Brasil. Como fator interno tem-se a crise de escassez da energia elétrica no Sudeste (com a exclusão do estado do Espírito Santo) e no Distrito Federal somada à intensificação e ampliação das greves operárias.

⁴⁷ *Commodities* agrícolas e minerais.

estrutural de *commodities* primárias” (NASCIMENTO et al, 2009, p.5) que já existia previamente. Portanto, o resultado da industrialização brasileira acelerada pelo capital estrangeiro foi a continuidade da dependência das exportações de produtos primários⁴⁸ para assegurar um determinado nível de dinamismo da economia do país, que por sua vez assegura as importações com maior teor tecnológico.

Em função dessa situação aprofundou-se a dependência de importação de bens tecnológicos e intensificou a tendência estrutural de repatriação dos ganhos de capital das empresas transnacionais operando em território brasileiro. Neste cenário, o setor exportador de *commodities* se mantém como garantidor da dinâmica econômica brasileira sendo responsável por alavancar maiores superávits comerciais priorizando o mercado externo. Em resumo, a economia brasileira se industrializa recorrendo ao capital estrangeiro buscando se ingressar nos mercados internacionais e, para isso, é necessário gerar divisas para assegurar a realização dos ganhos de capital internacionalmente, todavia este modelo aprofunda a desnacionalização levando à dependência das *commodities* como um processo estrutural (NASCIMENTO et al, 2009). Portanto, o Brasil foi incapaz de superar a dependência dos saldos comerciais oriundos da exportação de *commodities* minerais e agrícolas, de modo que as transformações observadas nas últimas décadas, de acordo com os autores, não levaram a uma reprimarização da pauta exportadora, mas levaram a um aumento da dependência estrutural.⁴⁹

E isso de fato se verifica quando observamos os países centrais tradicionais, tal como os EUA e alguns países da Europa.

Tabela 08:

Itens que o Brasil mais exportou para os EUA em 2009 e 2021

Primeiro item mais exportado para os EUA	Segundo item mais exportado para os EUA	Terceiro item mais exportado para os EUA	Ano
Petróleo bruto (15%)	Aviões, helicópteros e/ou naves espaciais (5,28%)	Café (4,74%)	2009
Petróleo bruto (10,2%)	Ferro semi-acabado (6,19%)	Aviões, helicópteros e/ou naves espaciais (4,45%)	2021

Fonte: elaboração própria a partir de dados da OEC.

⁴⁸ Isso ocorreu em boa medida porque o Brasil não conseguiu desenvolver uma indústria forte o suficiente para ser competitiva em âmbito internacional.

⁴⁹ Justamente por isso, esta pesquisa opta por utilizar o termo desindustrialização e não reprimarização.

Tabela 09:

Itens que o Brasil mais importou dos EUA em 2009 e 2021

Primeiro item mais importado dos EUA	Segundo item mais importado dos EUA	Terceiro item mais importado dos EUA	Ano
Turbinas a gás (5,5%)	Partes de máquinas de escritório (2,97%)	Computadores (2,64%)	2009
Petróleo refinado (19,3%)	Gás natural (9,37%)	Vacinas, sangue, anti-soros, toxinas e culturas (6,4%)	2021

Fonte: elaboração própria a partir de dados da OEC.

Tabela 10:

Itens que países da UE e Reino Unido importaram do Brasil em 2009

País europeu	Item mais importado do Brasil	Segundo item mais importado do Brasil	Terceiro item mais importado do Brasil
Holanda	Grãos de soja para consumo (13,6%)	Soja (13,5%)	Celulose sulfato (6,21%)
Alemanha	Minério de ferro (16,3%)	Café (11,4%)	Carros (9,35%)
França	Grãos de soja para consumo (26,7%)	Minério de ferro (13,4%)	Aviões, helicópteros e/ou naves espaciais (7%)
Reino Unido	Ouro (18%)	Minério de ferro (9,26%)	Petróleo bruto (8,33%)
Espanha	Soja (27,7%)	Petróleo bruto (8,97%)	Minério de ferro (8,22%)
Itália	Café (11,6%)	Minério de ferro (10,6%)	Celulose sulfato (9,82%)
Bélgica	Suco de frutas (24%)	Café (10,4%)	Celulose sulfato (10,1%)

Fonte: elaboração própria a partir de dados da OEC.

Tabela 11:

Itens que países da UE e Reino Unido exportaram para o Brasil em 2009

País europeu	Item mais exportado para o Brasil	Segundo item mais exportado para o Brasil	Terceiro item mais exportado para o Brasil
Holanda	Fertilizantes nitrogenados (6,48%)	Petróleo refinado (5,68%)	Instrumentos médicos (5,67%)
Alemanha	Veículos motorizados, partes e acessórios (6,02%)	Fertilizantes potássicos (4,52%)	Carros (3,43%)
França	Aviões, helicópteros e/ou naves espaciais (10,3%)	Veículos motorizados, partes e acessórios (9,98%)	Vacinas, sangue, anti-soros, toxinas e culturas (6,08%)
Reino Unido	Pesticidas (9,23%)	Medicamentos embalados (8,7%)	Outros grandes tubos de ferro (5,7%)
Espanha	Peças de aeronave (8,52%)	Veículos motorizados, partes e acessórios (7,55%)	Aviões, helicópteros e/ou naves espaciais (4,21%)
Itália	Veículos motorizados, partes e acessórios (12,2%)	Máquinas com funções individuais (3,17%)	Válvulas (2,87%)
Bélgica	Vacinas, sangue, anti-soros, toxinas e culturas (10,7%)	Veículos motorizados, partes e acessórios (9,64%)	Medicamentos embalados (5,93%)

Fonte: elaboração própria a partir de dados da OEC.

Tabela 12:

Itens que países da UE e Reino Unido importaram do Brasil em 2021

País europeu	Item mais importado do Brasil	Segundo item mais importado do Brasil	Terceiro item mais importado do Brasil
Holanda	Petróleo bruto (13%)	Soja (12,9%)	Minério de ferro (10,7%)
Alemanha	Café (19,5%)	Minério de cobre (14,8%)	Grãos de soja para consumo (10%)
França	Grãos de soja para consumo (22%)	Minério de ferro (21%)	Celulose sulfato (6,68%)
Reino Unido	Ouro (27,5%)	Outras carnes preparadas (6,3%)	Minério de ferro (6,19%)
Espanha	Soja (30,1%)	Petróleo bruto (19,8%)	Milho (7,29%)
Itália	Celulose sulfato (15,7%)	Café (11,8%)	Minério de ferro (10,7%) / Soja (10,7%)
Bélgica	Suco de frutas (18,2%)	Café (16%)	Minério de ferro (12,7%)

Fonte: elaboração própria a partir de dados da OEC.

Tabela 13:

Itens que países da UE e Reino Unido exportaram para o Brasil em 2021

País europeu	Item mais exportado para o Brasil	Segundo item mais exportado para o Brasil	Terceiro item mais exportado para o Brasil
Holanda	Petróleo refinado (19,6%)	Veículos motorizados, partes e acessórios (7,57%)	Fertilizantes nitrogenados (7,04%)
Alemanha	Veículos motorizados, partes e acessórios (7,69%)	Compostos heterocíclicos de nitrogênio (5,37%)	Medicamentos embalados (5,03%)
França	Compostos heterocíclicos de nitrogênio (7,53%)	Pesticidas (6,76%)	Turbinas a gás (4,99%)
Reino Unido	Turbinas a gás (11%)	Medicamentos embalados (5,97%)	Licor puro (5,8%)
Espanha	Petróleo refinado (12,4%)	Veículos motorizados, partes e acessórios (4,53%)	Transmissores (3,83%)
Itália	Veículos motorizados, partes e acessórios (9,25%)	Motores a combustão (3,8%)	Transmissores (3,33%)
Bélgica	Vacinas, sangue, anti-soros, toxinas e culturas (30%)	Medicamentos embalados (4,22%)	Veículos motorizados, partes e acessórios (4,01%)

Fonte: elaboração própria a partir de dados da OEC.

É possível verificar claramente, tanto no ano que Nascimento e seus colaboradores escrevem o artigo, quanto hodiernamente a presença de itens de alto e médio valor tecnológico agregado nas exportações brasileiras destinadas para os EUA e nas importações brasileiras oriundas dos EUA. Desse modo, o país norte-americano em questão importou do Brasil itens que se enquadram na categoria “aviões, helicópteros e/ou naves espaciais” tanto em 2009, quanto em 2021. Neste caso, a diferença das exportações brasileiras para os EUA está na quantidade exportada, porque no ano de 2009 a exportação desses bens foi de 5,28%, e em 2021 houve uma redução para 4,45%. No que diz respeito ao que o Brasil importou dos Estados Unidos, em 2009 e em 2021 observou-se bens de alta tecnologia agregada, a diferença está no fato de que em 2009 esses itens foram: turbinas a gás (5,5%), partes de máquinas de escritório

(2,97%) e computadores (2,64%), já em 2021 os itens foram: petróleo refinado (19,3%), gás natural (9,37%) e vacinas, sangue, anti-soros, toxinas e culturas (6,4%) (OEC, 2021).

Apesar de na Europa⁵⁰ ser possível observar uma quantidade menor de produtos de alta e média tecnologia brasileiros, ainda assim é possível notar alguns itens, principalmente no ano de 2009 como: celulose sulfato (para a Bélgica, Itália e França), carros (para a Alemanha) e itens enquadrados dentro de “aviões, helicópteros e/ou naves espaciais” - para a França. Nesse mesmo ano, o Brasil importou majoritariamente itens de maior incorporação de tecnologia (tabela 11). Em 2021, observa-se uma redução de itens mais tecnológicos exportados do Brasil para os países europeus, o que pode indicar o processo de desindustrialização, mas ainda assim esses bens estão presentes nas exportações para a Europa, sendo o item de maior destaque a celulose sulfato, que corresponde à 15,7% das exportações para a Itália e 6,68% das exportações para a França. Todavia, observa-se a continuidade da dependência de produtos de alta incorporação de tecnologia das importações brasileiras advindas da Europa (OEC, 2021).

Críticos à visão de que a China cria uma relação de dependência ou de subordinação podem mobilizar argumentos de que a RPC, diferentemente das grandes potências tradicionais⁵¹, realiza, no Brasil, grandes investimentos em infraestrutura e que não há interferência na estrutura política do país. Talvez até argumentem que a relação que o Marini (2017) expõe da indústria latino-americana exercendo a função de produção de bens que sejam úteis para etapas inferiores da produção industrial dos países centrais⁵², não se verifica no caso chinês e de que apenas há, nesse caso, uma vantagem comparativa brasileira na exportação de bens minerais e agrícolas.

Para melhor entender o cenário é importante compreender que, conforme foi apresentado nas tabelas 8, 10 e 12, o Brasil de fato exporta bens de médio e alto valor tecnológico agregado para os países centrais tradicionais, mas o próprio Marini (2017), como exposto acima, explica que o processo de industrialização de alguns países latinos - como o Brasil - por mais que se assemelhasse ao processo dos países do centro acontecendo de forma

⁵⁰ A escolha dos países europeus para essa pesquisa partiu do texto publicado pelo FAZCOMEX, em seu site, tratando sobre as relações comerciais entre o Brasil e a União Europeia, bem como os principais destinos dos produtos brasileiros dentro do bloco.

⁵¹ Alguns países da Europa e Estados Unidos.

⁵² Marini (2017) comenta que países latino-americanos (como o Brasil) exportam para países centrais produtos que passam por um processo mais complexo de produção (como alumínio, celulose sulfato, entre outros) que seriam matérias-primas para a produção industrial de bens mais sofisticados que, por sua vez, seriam exportados para os países periféricos.

tardia, não se configura como uma industrialização que está em uma “etapa” mais atrasada do processo, uma vez que esse “atraso” não será superado pois a economia exportadora na América Latina exerce uma compressão sobre o consumo individual do trabalhador, porque o mesmo fica sujeito à superexploração do trabalho e isso limita seu poder de compra, o que por sua vez dificulta a criação de uma indústria nacional forte. Isso complementa o argumento de Nascimento e seus colaboradores, uma vez que essa dependência da exportação de *commodities* acaba por reforçar a dependência estrutural dessas exportações para o funcionamento da indústria. Em resumo, ao olhar o processo de industrialização no Brasil é possível notar sua incapacidade de desenvolvimento porque é dependente de exportações de insumos agrícolas e minerais, já que a superexploração do trabalho na periferia impede a construção de um mercado consumidor interno forte. Então, como o trabalhador não possui poder de compra suficiente para sustentar a indústria brasileira, a mesma se desenvolve subordinada aos interesses e demandas das indústrias dos países centrais.

De fato, isso se verifica nos países centrais tradicionais e não se observa no caso chinês, mas não porque o Brasil possui vantagens na exportação de *commodities* quando comparado com a China, que por sua vez teria se especializado na exportação de bens de maior valor tecnológico e econômico agregado. Essa visão, se não for estulta e leviana, é no mínimo inocente e ignora importantes aspectos da história econômica brasileira e chinesa, primeiro porque, como colocado no capítulo 1 desta dissertação, a RPC passa por um processo gradual de abertura econômica orientado pelo Estado chinês, o que permitiu que a China atraísse para dentro do território nacional importantes etapas da produção industrial de bens de alta tecnologia, o que promoveu um aprendizado do processo e permitiu, anos depois, o desenvolvimento da própria indústria de bens de alta tecnologia.

Portanto, como o Brasil não conseguiu se emancipar da dependência estrutural das *commodities* e a China dependia (e depende) do fornecimento recursos minerais e agrícolas que o Brasil possui para poder atender às próprias demandas industriais, o que se observou foi a construção de uma relação de dependência que se assemelha muito ao processo que tanto o Marini (com o “segredo da troca desigual”), quanto o Kautsky - cada um dentro de seu contexto - identificaram. Dessa forma, o Brasil continua reproduzindo a dinâmica que possuía com as grandes potências no século XIX, sendo assim, continua sendo fornecedora de alimentos e de matérias primas, porém agora fornece alimentos para o operário chinês e insumos para a indústria chinesa.

A própria análise de Kautsky (1914), apesar de escrito semanas antes de ser deflagrada a Primeira Guerra Mundial e três anos antes da Revolução Russa, auxilia na compreensão dessa relação de dependência entre a RPC e o Brasil, uma vez que explica questões caras à estrutura capitalista global como um todo. Nesse sentido, mesmo Kautsky tratando da Inglaterra e de outras potências globais daquele momento, é possível estabelecer um paralelo com a China. Assim, de acordo com o autor, o crescimento da indústria capitalista exerce uma pressão que leva ao aumento da extensão das zonas agrícolas, que têm como objetivo proporcionar matérias-primas, alimentos e consumidores para essa indústria.

Ainda segundo Kautsky (1914), para que haja o desenvolvimento de mercados para produtos estrangeiros no Estado agrário é necessário que sejam criadas condições para tal. Portanto, este Estado deve destruir a indústria pré-capitalista interna liberando assim uma enorme quantidade de força de trabalho que ali se encontrava para ser utilizada à disposição do capital, porém agora como trabalho assalariado. Aqui, dadas as devidas diferenças de contexto, esta dissertação enxerga uma clara semelhança com o caso chinês, uma vez que, como abordado no capítulo 1, as reformas causadas pela *Gei Ge Kaifeng*, em 1978, permitiram a criação de condições para a indústria da RPC se desenvolver. Dessa forma, o destaque vai para as mudanças no setor rural, quando o Estado passou a permitir que o excedente da produção pudesse ser negociado “livremente” no mercado. Essa medida promoveu um aumento da produtividade no campo, gerando reflexos no emprego e na renda. Com isso, surgiu um mercado consumidor interno em plena ascensão e ainda permitiu que fosse criada uma mão-de-obra relativamente qualificada para a indústria (COSTA et al, 2008; FREITAS, 2021).

Uma vez que esse Estado se torna industrial ele busca a expansão extraterritorial de seu capital e, para isso, Kautsky comenta que este capital se infiltra em algum país agrário e investe em infraestrutura ali, tendo em vista desobstruí-lo por meio de construção de ferrovias, por exemplo, para que se desenvolva a produção de matérias-primas. Porém, no Brasil esse processo já aconteceu em séculos passados e com isso surge um questionamento: então a China não precisa realizar investimentos desse tipo no Brasil? Se isso for verdade então os investimentos chineses no Brasil seriam apenas um ato de “boa fé” que somente geram benefícios para os dois lados? O próximo tópico da dissertação terá como objetivo responder essas últimas questões que auxiliam a fechar o argumento da dissertação.

4.2. O novo império chinês?

4.2.1. O que está por trás dos investimentos chineses?

Tendo em vista o que foi desenvolvido até aqui, surgem questionamentos acerca dos objetivos dos investimentos chineses no Brasil. Esses investimentos se configuram como investimentos que buscam desobstruir empecilhos para a expansão do capital chinês ou seriam tão somente uma busca por um benefício mútuo entre as duas nações?

Para responder a essa questão Kautsky (1914) será muito útil, apesar de tratar de países europeus é nítida uma semelhança com a RPC. Sendo assim, o autor trata a construção das ferrovias em países agrários como uma forma de permitir que as matérias-primas ali extraídas cheguem até o país industrial. O Brasil já passou por esse processo anteriormente e isso se intensifica durante o governo de JK, porém ao invés de ferrovias foram construídas rodovias para permitir o escoamento das *commodities* para os países centrais. Esta dissertação argumenta que os investimentos da RPC no Brasil, seja por meio de acordos bilaterais entre as nações ou acordos entre empresas chinesas e o governo brasileiro, seriam investimentos que se configuram como uma espécie de “construção de ferrovias” do século XXI.

Para exemplificar e deixar mais didático para o leitor o que seriam essas “novas ferrovias”, serão apresentados a seguir alguns investimentos chineses realizados no Brasil com o intuito de permitir a expansão do capital chinês em território brasileiro. O primeiro deles são acordos recentes assinados entre as duas nações para infraestrutura e industrialização em 2023. De forma geral, são acordos acerca de temas como investimentos em tecnologias, aprofundamento das relações comerciais e trocas na área de comunicação. Uma boa parte desses recursos estão previstos para chegar como empréstimo para o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). De acordo com Aloizio Mercadante⁵³ os recursos financiarão projetos de energia limpa, transição ecológica, infraestrutura e industrialização⁵⁴. Tais acordos têm como objetivo melhorar as condições de financiamento do BNDES. Além disso, também se selaram acordos com governos estaduais, tal qual o do governo do Ceará com empresas

⁵³ Presidente do BNDES que anunciou a realização desses acordos.

⁵⁴ Tendo em vista que os acordos ainda não passam de acordos neste tópico, a pesquisa continua verificando a desindustrialização como resultado da dependência estabelecida entre RPC e Brasil, mas entende a possibilidade da relação de subordinação do Brasil ao capital chinês ter como resultado, no futuro, a indústria brasileira produzindo itens que vão servir à etapas inferiores da produção industrial chinesa. Todavia, como isso não passa de uma especulação vazia, não cabe a esta dissertação se debruçar sobre o tema.

chinesas para estudos acerca de energias renováveis, sendo elas: eólica onshore e offshore⁵⁵, hidrogênio (azul e verde) e solar (RADIOAGÊNCIA NACIONAL, 2023).

Ainda é importante destacar que muitos desses investimentos chineses no Brasil são recentes, mas alguns iniciaram há quase duas décadas. Nesse sentido, de acordo com o Conselho Empresarial Brasil-China, o próprio setor de eletricidade foi responsável por atrair investimentos em quase metade dos projetos que foram instalados em território brasileiro no ano de 2021. A área de Tecnologia da Informação (TI) teve 10 projetos em 2021, porém já recebe investimentos chineses desde 2007. O setor petrolífero do Brasil sozinho recebeu mais de US\$5 bilhões de companhias chinesas em 2021 (AGÊNCIA BRASIL, 2023).

Além disso, nesta dissertação já foi apresentado também um acordo entre uma empresa chinesa e o governo brasileiro no tópico 3.4.1. Esse acordo é o da construção da nação digital da Huawei, visando a inserção do Brasil como uma nova economia digital e, em um encontro ocorrido em abril de 2023, foram apresentadas algumas iniciativas da empresa que já estão em operação no país. De forma resumida, Atilio Rulli revelou que a Huawei estabeleceu uma parceria com o governo do Amazonas - para promoção da conectividade para as pequenas comunidades ribeirinhas - e desenvolveu um projeto na Bahia no qual a empresa fornece internet 5G para 1000 escolas estaduais (VEJA, 2023).

Em resumo, esses investimentos - sejam eles em infraestrutura energética ou de Tecnologias da Informação e comunicação - se configuram como as “novas ferrovias”, que nada mais são que investimentos que permitem a expansão do capital chinês no Brasil. Dessa forma, a RPC constrói, em território brasileiro, condições para receber novas empresas chinesas⁵⁶ ao mesmo tempo que permite (principalmente com o desenvolvimento do setor de TI e do setor de comunicações) ao brasileiro consumir os produtos chineses que dependem de uma infraestrutura tecnológica básica.

Ainda de acordo com Kautsky (1914), como os países agrários não possuem meios para desenvolver suas próprias ferrovias o capital necessário acaba sendo fornecido pelo país industrial. Desse modo, o intercâmbio de materiais estabelecido entre a indústria e a agricultura aumenta substancialmente e a tendência para a exportação de capital desses países industrializados para países de economia agrária-exportadora cresce junto. O mesmo pode ser

⁵⁵ No continente e fora do continente (ou seja, no mar).

⁵⁶ Kautsky menciona em seu texto que a infraestrutura das ferrovias criam possibilidades para surgirem outras empresas capitalistas no território do país agrário.

observado com a tendência dos Estados industriais de subjugar as zonas agrárias. Dessa forma, o que motiva que Estados capitalistas subjuguem zonas agrárias é o intuito de impedir o desenvolvimento industrial desses países considerados periféricos.

Aplicando Kautsky ao caso da RPC com o Brasil, o intuito do Estado chinês ao estabelecer tal relação com o país latino-americano é, não somente impedir o desenvolvimento da indústria nacional, mas também gerar um processo de desindustrialização que permita que o país continue exportando bens primários e importando itens de alto valor tecnológico e econômico agregado. Isso dialoga diretamente com o problema que Vadell identificou há pouco mais de uma década acerca das trocas desiguais entre os dois países. Além disso, Vadell (2011) ainda destaca que os benefícios do comércio com a China estão focados em poucos estados e setores, que justamente são os estados e setores em que a RPC realizou investimentos para o desenvolvimento de uma infraestrutura tecnológica básica.

Portanto, é possível perceber que a RPC passa por um processo de industrialização, orientado pelo Estado, que a permite sair do lugar de país agrário para país industrial, mudando sua posição dentro de uma divisão internacional do trabalho vigente na economia capitalista. O que esta dissertação expõe, ainda que não seja o objetivo principal dela, é que esse processo de inserção chinesa no mercado mundial enquanto potência econômica, que se inicia na transição dos anos 1970 para os anos 1980, não seria possível se a RPC não desenvolvesse com países latino-americanos⁵⁷ uma relação de dependência. Sendo assim, ao estreitar os laços com a América Latina, a China inicia um processo de subordinação semelhante ao que foi realizado pelos países centrais tradicionais como alguns países da Europa e os Estados Unidos. A maior diferença entre as potências tradicionais e a potência asiática se encontra na não intervenção em assuntos políticos internos dos países subordinados, por parte da RPC. Ainda assim, em termos econômicos, a China estabelece uma relação de dependência com países latino-americanos semelhante ao que foi realizado pela Europa e Estados Unidos nos últimos séculos.

Nesse sentido, ao observar mais especificamente para a relação entre Brasil e RPC é notável o início de um processo de desindustrialização decorrente da incapacidade dos produtos industriais brasileiros concorrerem com os chineses, levando o Brasil a se direcionar para o setor agroexportador e de extração de minérios para alimentar a indústria chinesa. Isso

⁵⁷ É importante mencionar que não cabe no escopo desta dissertação tratar de outros países com os quais a RPC desenvolve uma relação de dependência também. Porém, seria irresponsável não mencionar - ainda que em uma nota de rodapé - que a América Latina não é o único continente que se encontra subordinado aos interesses da máquina industrial chinesa.

corroborar para a perpetuação da dinâmica brasileira de ser dependente estruturalmente das exportações de *commodities* agrícolas e minerais para manutenção (ou pelo menos tentativa de manutenção) da balança comercial em superávit.

Tendo em vista todo o cenário descrito acima, seria possível concluir a dissertação, uma vez que a hipótese proposta na introdução desta dissertação de que “o Brasil, por ser um país que apresenta um parque industrial mais “avançado” dentro dos parâmetros latino-americanos, tem como consequência de curto-médio prazo a desindustrialização da pauta exportadora” foi comprovada. Por mais que possam haver discordâncias a respeito das conclusões desta pesquisa, a mesma atingiu o ponto que se propôs, todavia seria vazio mobilizar autores marxistas e não trazer para a discussão, ainda que de forma breve, a questão do imperialismo chinês que têm se construído após a inserção chinesa no mercado global. Em função disso, o próximo tópico será dedicado a compreender se é possível de fato afirmar que este imperialismo está em vigência ou se apenas é possível observar o início do processo. Com isso, este último tópico da dissertação buscará desenvolver argumentos que identifiquem a existência (ou não) de uma relação imperialista chinesa e também levantar questionamentos para estudos e pesquisas a serem desenvolvidas no futuro.

4.2.2. O retorno do “rei”?

A China já foi um império por um grande período, concebido da Dinastia Qin (221 a.C.) até a Dinastia Qing (1912 d.C.) (SAN, 2014). Esta pesquisa busca compreender - ou ao menos levantar questões para futuros estudos - se é possível observar um imperialismo chinês hodiernamente, porém não se trata do império que vai 221 a.C. a 1912 d.C., ou seja, não se trata daquela forma de governo na qual o representante político da nação herdava seu cargo e detinha controle dos poderes da nação. O imperialismo chinês a ser observado neste tópico é um conceito disputado entre diversos autores marxistas, que buscam compreender a dinâmica do sistema capitalista.

Lênin é um desses autores e, para ele, o imperialismo é uma fase monopolista do desenvolvimento do capitalismo e nela observa-se o fim do processo da livre concorrência e o início da concentração da produção e do capital. A partir daqui, para este autor, “surge o monopólio: os cartéis, os sindicatos, os trusts e, fundindo-se com eles, o capital de uma escassa dezena de bancos que manipulam milhares de milhões” (LÊNIN, 2013, p. 1). O imperialismo

envolve então uma política de expansão territorial motivada pela necessidade de exportar capitais, que por sua vez vem da necessidade de ampliar a acumulação de capital.

Nesse sentido, essa fase conhecida como imperialismo é caracterizada por uma concentração da produção e do capital que extrapola fronteiras e então, ao surgirem os monopólios internacionais, é possível observar - no processo - a emergência do capital financeiro com a necessidade de empréstimo e o processo de abertura do capital em empresas multinacionais como formas de financiar a produção. Nessa fase, para além das exportações de bens, há a exportação de capitais como ponto chave do processo de internacionalização, já que o cenário que se coloca nesse momento é de um tipo de partilha do mundo entre os monopólios/oligopólios, de modo que esses grupos se situam majoritariamente em países centrais, que é o território do capital (LÊNIN, 2013).

Portanto, para Lênin (2013), a definição de imperialismo inclui cinco pilares essenciais: i) o processo de concentração de produção e de capital atinge um nível tão elevado que cria monopólios capazes de desempenhar um papel fundamental na vida econômica; ii) a fusão do capital bancário e industrial e a criação da oligarquia financeira baseada no capital financeiro; iii) a exportação de capitais assume o protagonismo nessa fase do capitalismo; iv) a construção de associações internacionais monopolistas que realizam a partilha do mundo entre elas próprias; e v) “o termo da partilha territorial entre as potências capitalistas mais importantes” (LÊNIN, 2013,p. 1).

Nesse sentido, Hilferding (1985) argumenta que o processo de concentração e centralização do capital é viabilizado pelo capital bancário, de modo que o capital financeiro seria a associação deste capital com o capital produtivo/industrial, pois é inviável para o autor a realização de grandes investimentos sem o crédito disponibilizado pelos bancos. Desse modo, tanto para Lênin quanto para Hilferding, essa associação em que o capital bancário é a fonte de financiamento para o capital produtivo configura o que seria o capital financeiro. Portanto, o imperialismo é a política do capital financeiro, uma vez que a concentração e centralização de capital, ao encontrarem um determinado limite em um país, promovem a busca por novos territórios por meio da exportação de capitais (HILFERDING, 1985; LÊNIN, 2013).

A pergunta que fica é se a RPC seria, dentro desses parâmetros, um país imperialista? A resposta preliminar mais simples é que não seria possível considerar a China uma nação imperialista, até porque ela não participa desse processo de partilha do mundo e inclusive sofreu

as consequências por ser explorada por países imperialistas no século XIX e XX. Porém, a RPC possui um processo histórico de inserção no mercado global diferente das nações europeias e dos EUA. É preciso levar em consideração que mesmo que essa potência asiática não tenha participado da partilha do mundo, em um primeiro momento, o Estado chinês se planejou para assumir o papel de protagonista no cenário internacional novamente. Dessa forma, o aparato estatal foi essencial para a concentração da produção e do capital, de modo que as próprias empresas (pelo menos no início) eram estatais, o que permitiu que o governo realizasse a atração de investimento por meio delas, como já foi explicado no capítulo 1. Além disso, o sistema financeiro chinês é também regulado pelo Estado e financiou alguns setores estratégicos permitindo que, décadas depois, empresas desses setores pudessem exportar seu capital para países em todos os continentes do mundo. Assim, a China conseguiu participar tardiamente da partilha do mundo, disputando com as nações centrais tradicionais os territórios que as mesmas conquistaram em séculos passados, deixando de ser o oprimido no século XIX para se tornar o opressor no século XXI.

Portanto, ao analisar Hilferding e Lênin, é possível sim encontrar argumentos que corroborem para a compreensão de que a China é imperialista, só que para isso é necessário compreender que a RPC se insere em um contexto bem diferente daquele que os autores viveram e analisaram. Todavia, a discussão acerca desse tema é bem mais complexa que isso e a construção de argumentos mais contundentes acerca do tema exigiria uma dissertação à parte e, por isso, esta pesquisa se limita a colocar as provocações e reflexões colocadas nesse tópico como hipóteses preliminares para responder a seguinte questão: a China caminha para se tornar a maior nação imperialista do século XXI?

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que o objetivo desta dissertação é entender se a RPC tem desenvolvido com a América Latina, em especial com o Brasil, uma relação de centro-periferia, a mesma propõe que a China, nessa relação, assume o papel de país central enquanto o Brasil de país subordinado/periférico. Em função disso, a hipótese que parte daqui é a de que a indústria brasileira sentiria de imediato o impacto da presença chinesa no país, uma vez que, por ser uma indústria mais avançada (dentro dos padrões dos países latino-americanos), seus produtos concorrem com os chineses, porém a diferença tecnológica acarreta no desgaste da indústria nacional. O cenário que se observa a partir daí é de desindustrialização da economia brasileira.

Para construir o argumento que comprove a hipótese, a dissertação se organiza em três capítulos. Dessa forma, o primeiro capítulo se concentra em entender como a China sai de uma situação de país “subdesenvolvido” e se torna uma das maiores economias do mundo. Para isso, é realizada uma retrospectiva histórica mostrando algumas das ações que o governo chinês adotou para a RPC se industrializar e se desenvolver a ponto de ser capaz de exportar para o mundo seus bens de alta tecnologia e seu capital. O segundo capítulo, por sua vez, se dedicou a apresentar como a China se insere no Brasil por meio do comércio e da chegada de empresas chinesas com planta produtiva instalada no território nacional, mostrando a importância do país latino para a RPC. Já o terceiro capítulo se concentra em aplicar algumas teorias que auxiliem na interpretação dos dados trazidos pelo capítulo 2.

Sendo assim, a China, a partir do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, adotou algumas medidas que promoveram uma abertura econômica gradual fortemente orientada pelo Estado. Nesse processo, o governo chinês coordenou desde reformas rurais até o sistema financeiro para desenvolver a indústria do país, garantindo acordos em que empresas estrangeiras que operassem dentro da RPC deveriam promover transferência de tecnologia para a indústria local. Parte importante da inserção chinesa no mercado internacional foi sua entrada na OMC, em 2001, que permitiu uma intensificação das exportações do país.

A China, após 2001, se torna extremamente relevante dentro do comércio mundial e, nesse novo cenário, o país desenvolve com a América Latina, e principalmente com o Brasil, um estreitamento das trocas comerciais. Dessa forma, ao serem analisados os itens comercializados entre os dois países é notável que o Brasil importa produtos de alta tecnologia agregados e exporta em sua maioria *commodities* agrícolas e minerais. Além disso, a RPC

também exporta capital para o território brasileiro e isso é notável nas empresas chinesas de alta tecnologia que se encontram instaladas no Brasil.

Com isso, alguns autores como Marini (2017), Kautsky (1914) e Vadell (2011) são utilizados como base para mostrar que essa relação estabelecida entre os dois países é uma relação de subordinação do Brasil aos interesses chineses. Dessa forma, a desindustrialização da economia brasileira é algo muito positivo para a RPC, pois garante que o Brasil se manterá como um fornecedor de matérias-primas agrícolas e minerais para a indústria chinesa, sendo essas matérias-primas utilizadas como alimento para o operário chinês ou como insumo produtivo de fato. Além disso, a China realiza investimentos no Brasil com o intuito de construir uma infraestrutura básica para produzir e vender seus produtos dentro do mercado brasileiro.

Em resumo, a RPC conseguiu construir um cenário extremamente favorável para ela, em que a mesma, ao concorrer com os produtos brasileiros, gera um desgaste ao parque industrial do país, levando à desindustrialização da economia brasileira. Com isso, o Brasil acaba assumindo o papel de fornecedor de matérias-primas que servem à indústria chinesa, que por sua vez ou exporta bens de alta tecnologia para o mercado brasileiro ou até mesmo se instala no país. Esse cenário, porém, não é vantajoso para o Brasil, uma vez que, a curto prazo, o Brasil sofre com a desindustrialização da economia brasileira e, a longo prazo, o país continua sofrendo os efeitos deletérios da dependência. E com isso, comprova-se a hipótese que foi apresentada no início desta dissertação.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. **Investimentos chineses voltam crescer no Brasil após pandemia.**

Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-08/investimentos-chineses-voltam-crescer-no-brasil-apos-pandemia#:~:text=Em%202021%2C%20as%20empresas%20chinesas,5%2C9%20bilh%C3%B5es%20no%20Brasil.>> Acesso em 11 de julho de 2023.

ALMEIDA, Jorge. **A presença chinesa na América Latina.** 9º Congresso Latino-americano de Ciência Política, ALACIP, Montevideu, 2017.

BANCO MUNDIAL. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?end=2001&locations=CN&start=1978&view=chart>> Acesso em: 17 de dezembro de 2021.

BANCO MUNDIAL. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/BX.GSR.GNFS.CD?end=2020&locations=CN&start=1982>> Acesso em: 17 de dezembro de 2021.

MACIEL, Rui. **A Xiaomi vai fabricar aparelhos no Brasil? Não é bem assim...** Canaltech, 2019. Disponível em: <<https://canaltech.com.br/smartphone/a-xiaomi-vai-fabricar-aparelhos-no-brasil-nao-e-bem-assim-145423/>> Acesso em: 22 de jul. de 2020.

CANALTECH. **Xiaomi.** Disponível em: <<https://canaltech.com.br/empresa/xiaomi/>> Acesso em 25 de maio de 2023.

CAPUTO e MELO. **A industrialização brasileira nos anos 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC.** Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ee/a/ZpgwjzqDRC9bT4YrFhfxvC/?lang=pt>> Scielo Brasil, 2009. Acesso em: 3 de julho de 2023.

CHAMORRO, A.I.S. **El proceso de reforma económica de China y su adhesión a la OMC.** Universidad de León, 2008.

CHINA2BRAZIL. **Principais empresas chinesas: qual o impacto delas no Brasil.** São Paulo, 2 de junho de 2022. Disponível em: <<https://china2brazil.com.br/principais-empresas-chinesas-qual-o-impacto-delas-no-brasil/>> Acesso em 11 de maio de 2023.

COSTA, K. P; LEVY, P. M; NEGRI, F.; NONNENBERG, M. B. **O crescimento econômico e a competitividade chinesa**. Brasília: IPEA, 2008.

COMEX DO BRASIL. **Perfil País elaborado pela ApexBrasil indica caminhos para fortalecimento das relações comerciais com o México**. Disponível em: <<https://www.comexdobrasil.com/perfil-pais-elaborado-pela-apexbrasil-indica-caminhos-para-fortalecimento-das-relacoes-comerciais-com-o-mexico>> Acesso em: 12 de abril de 2023.

DAROS, Gabriel. **Xiaomi tem planos para fábrica no Brasil, mas ignora ‘mercado cinza’**. TILT UOL, 2023. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2022/04/08/xiaomi-ainda-tem-planos-para-fabrica-no-brasil-mas-ignora-mercado-cinza.htm>> Acesso em 25 de maio de 2023.

DUNNING, J.H. **The determinants of international production**. Oxford Economic Papers, 25:289-325, 1973.

DUNNING, J.H. **The Eclectic Paradigm of international production: a restatement and some possible extensions**. Journal of international business studies, 1988.

EL PAÍS. **O maior massacre da China moderna completa 30 anos**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/27/album/1558985277_894588.html#foto_gal_1> Acesso em: 03 de julho de 2021.

EXAME. **Lucro da Huawei registra queda expressiva e filha do fundador assume a presidência**. Disponível em: <<https://exame.com/invest/mercados/lucro-da-huawei-registra-queda-expressiva-e-filha-do-fundador-assume-a-presidencia/>> Acesso em: 17 de maio de 2023.

FAZCOMEX. **Saiba mais sobre a relação entre Brasil e União Europeia**. Disponível em: <<https://www.fazcomex.com.br/comex/brasil-e-uniao-europeia-exportacao-e-importacao/>> Acesso em: 3 de julho de 2023.

FENG, Hui. **The Politics of China’s Accession to the World Trade Organization: The dragón goes Global**. Routledge Contemporary China Series, 8, 2006.

FENG, Zhehan; JIANG, Jinhua; ZHOU, Di. **Research on the Growth Development of Xiaomi Company**. Advances in Economics, Business and Management Research, volume 23. Atlantis Press, 2021.

FERREIRA, Clarissa. **Com investimento em manufatura 4.0, Lenovo Brasil é pioneira na implementação de processos inteligentes em fábrica local.** Segs, 2019. Disponível em: <<https://www.segs.com.br/info-ti/186636-com-investimento-em-manufatura-4-0-lenovobrasil-e-pioneira-na-implementacao-de-processos-inteligentes-em-fabrica-local>> Acesso em: 23 de jun. de 2020.

FREITAS, Gustavo Lucas Oliveira. **A Inserção da China na Economia Global e sua Adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC).** Dissertação de Mestrado no PPGRJ da UFU, 2021.

GARLIPP, José Rubens Damas; SAWAYA, Rubens R. **The Crisis of a Postwar Logic of Global Accumulation.** World Review of Political Economy, v. 2, p. 441-460, 2011.

GERTLER, J.L. **What China's WTO accession is all about.** D. BHATTASALI, S. LI and W. MARTIN (eds.) China and the WTO. Washington, DC.: The World the Bank; Oxford University Press, pp. 21-28, 2004.

GIL, Pedro. **Os planos da Huawei para o Brasil após a visita de Lula à China:** O vice-presidente de relações públicas da Huawei na América Latina e Caribe falou a VEJA sobre um Brasil cada vez mais digital. VEJA, 2022. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/economia/os-planos-da-huawei-para-o-brasil-apos-visita-de-lula-a-china/#:~:text=Nos%20%C3%BAltimos%2010%20anos%2C%20foram,A%20Huawei%20quer%20mais.>> Acesso em: 15 de maio de 2023.

GLOBAL STATS. Disponível em <<https://gs.statcounter.com/vendor-market-share/mobile/brazil/2022>> Acesso em: 25 de maio de 2023.

GONÇALVES, Arnaldo. **A China na OMC: compromissos da adesão.** Anuário Janus, Observare; Universidade Autónoma de Lisboa, 2008.

GRUSS, Bertrand; BASTOS, Fabiano Rodrigues. **De Olho no Dragão: a América Latina e sua exposição à China.** IMF Direct Report, edição online, 10.11.2014. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/lang/portuguese/np/blog/2014/111014p.pdf>>. Acesso em: 19 de maio de 2023.

HILFERDING, Rudolf. **O Capital Financeiro.** Biblioteca Central UEPB, 1985.

HITT, M.A. et alii. *Administração Estratégica: competitividade e globalização*. São Paulo: Thomson, 2003

HUAWEI. **Huawei divulga Relatório Anual de resultados de 2021: Operações sólidas e investimento no futuro**. Huawei, 2022. Disponível em: <<https://www.huawei.com/br/news/br/2022/huawei-divulga-relatorio-anual-de-resultados-de-2021>> Acesso em: 15 de maio de 2023.

IBM. **IBM: UMA EMPRESA EM CONSTANTE REINVENÇÃO**. IBM, 2018. Disponível em: <<https://www.ibm.com/blogs/ibm-comunica/ibm-hoje/>> Acesso em: 17 de maio de 2023.

JABBOUR, E. **China: Infra-estrutura e Crescimento Econômico**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

KAUTSKY, K. **Ultra-imperialism (September 1914)**. *Die Neue Zeit, September 1914*. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/kautsky/1914/09/ultra-imp.htm#top>> Acesso em: 6 de julho de 2023.

LENIN, V.I. **O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo**. Arquivo Marxista na Internet, 2013. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/cap7.htm>> Acesso em: 25 de julho de 2023.

LENOVO. **História**. Lenovo, 2023. Disponível em: <<https://www.lenovo.com/br/pt/lenovo/company-history/>> Acesso em: 18 de maio de 2023.

LENOVO. **Income Statement**. Lenovo, 2022. Disponível em: <https://investor.lenovo.com/en/financial/income_statement.php?data=annual> Acesso em: 16 de maio de 2023.

LOPES, I.V; LOPES, M.R; BARCELOS, F.C. **Das políticas de substituição das importações à agricultura moderna do Brasil**. *Revista de Política Agrícola: Ano XVI - N°4 - Out./Nov./Dez. 2007*.

MACIEL, Rui. **A Xiaomi vai fabricar aparelhos no Brasil? Não é bem assim...**. Canaltech, 2019. Disponível em: <<https://canaltech.com.br/smartphone/a-xiaomi-vai-fabricar-aparelhosno-brasil-nao-e-bem-assim-145423/>> Acesso em: 22 de jul. de 2020.

Marini, R. M. (2017). **Dialética da Dependência**. *Germinal: Marxismo E educação Em Debate*, 9(3), 325–356. Disponível em: <<https://doi.org/10.9771/gmed.v9i3.24648>> Acesso em: 10 de julho de 2023.

NASCIMENTO, C.A; CARDOZO, S.A; CUNHA, S.F. **Brasil: reprimarização ou dependência estrutural de commodities? O debate em seu devido lugar**. *XXVII Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires*. 2009. Disponível em: <<https://cdsa.academica.org/000-062/918>> Acesso em: 05 de junho de 2023.

OECD. Bilateral Country Brazil - Belgium. Disponível em: <<https://oec.world/en/profile/bilateral-country/bra/partner/bel>> Acesso em: 30 de junho de 2023.

OECD. Bilateral Country Brazil - China. Disponível em: <<https://oec.world/en/profile/bilateral-country/bra/partner/chn>> Acesso em: 05 de maio de 2023.

OECD. Bilateral Country Brazil - France. Disponível em: <<https://oec.world/en/profile/bilateral-country/bra/partner/fra>> Acesso em: 30 de junho de 2023.

OECD. Bilateral Country Brazil - Italy. Disponível em: <<https://oec.world/en/profile/bilateral-country/bra/partner/ita>> Acesso em: 30 de junho de 2023.

OECD. Bilateral Country Brazil - Germany. Disponível em: <<https://oec.world/en/profile/bilateral-country/bra/partner/deu>> Acesso em: 30 de junho de 2023.

OECD. Bilateral Country Brazil - Netherlands. Disponível em: <<https://oec.world/en/profile/bilateral-country/bra/partner/nld>> Acesso em: 30 de junho de 2023.

OECD. Bilateral Country Brazil - Spain. Disponível em: <<https://oec.world/en/profile/bilateral-country/bra/partner/esp>> Acesso em: 30 de junho de 2023.

OECD. Bilateral Country Brazil - United Kingdom. Disponível em: <<https://oec.world/en/profile/bilateral-country/bra/partner/gbr>> Acesso em: 30 de junho de 2023.

OECD. Bilateral Country Brazil - USA. Disponível em: <<https://oec.world/en/profile/bilateral-country/bra/partner/usa>> Acesso em: 23 de junho de 2023.

OECD. Bilateral Country China - Argentina. Disponível em: <<https://oec.world/en/profile/bilateral-country/chn/partner/arg>> Acesso em: 17 de abril de 2023.

OECD. Bilateral Country China - Chile. Disponível em: <<https://oec.world/en/profile/bilateral-country/chn/partner/chl>> Acesso em: 17 de abril de 2023.

OECD. Bilateral Country China - Mexico. Disponível em: <<https://oec.world/en/profile/bilateral-country/chn/partner/mex>> Acesso em: 13 de abril de 2023.

OLIVEIRA, A.L.S. **O investimento direto das empresas chinesas no Brasil - um estudo exploratório.** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

PERKINS, F. **China Embraces the Market: Achievements, Constraints and Opportunities.** Canberra: East Asia Analytical Unit, Dept. of Foreign Affairs and Trade, 1997.

PORTO e SOUSA. **Quais são as perspectivas para a soja brasileira na China.** Brasil de Fato. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/03/11/quais-sao-as-perspectivas-para-a-soja-brasileira-na-china#:~:text=A%20soja%2C%20especificamente%2C%20%C3%A9%20fundamental,em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20ao%20ano%20anterior.>> Acesso em 5 de junho de 2023.

PREBISCH, R. **O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas.** Revista Brasileira de Economia, 54-9. Set. 1949.

PRESTES, Elisa Gomes. **Desenvolvimento desigual no mundo: as convergências entre Brasil e China ao longo dos anos 2000.** Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2017.

RADIO AGÊNCIA NACIONAL. **Brasil e China assinam acordos para infraestrutura e industrialização.** Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2023-04/brasil-e-china-assinam-acordos-para-infraestrutura-e-industrializacao>> Acesso 11 de julho de 2023.

SAN, Tan Koon. **Dynastic China: An Elementary History**. New York. The Other Press. pp. 58 - 62, 2014.

SAWAYA, Rubens R. China: **Uma estratégia de inserção no capitalismo mundial**. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, v. n°28, p. 05-35, 2011.

THE ECONOMIST. **Huawei: Interesting reading**. The Economist, Hong Kong, Business & finance, 20 abr. 2011.

TREND ECONOMY. Disponível em: <<https://trendeconomy.com/data/h2/Brazil/TOTAL>> Acesso em: 05 de maio de 2023.

UN COMTRADE. Disponível em: <<https://comtradeplus.un.org/>> Acesso em: 11 de abril de 2023.

U.S. Department of State. Archive. **Monroe Doctrine, 1823**. Disponível em: <<https://2001-2009.state.gov/r/pa/ho/time/jd/16321.htm>> Acesso em: 31 de maio de 2023.

VADELL, Javier. **A CHINA NA AMÉRICA DO SUL E AS IMPLICAÇÕES GEOPOLÍTICAS DO CONSENSO DO PACÍFICO**. Revista de Sociologia e Política V. 19, Nº Suplementar: 57-79 nov. 2011. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000400006>

WU, D; ZHAO, F. **Entry Modes For International Markets: Case Study Of Huawei, A Chinese Technology Enterprise**. International Review of Business Research Papers, 3 (1): 183-196, 2007.

ZHU, B. **Internationalization of Chinese MNEs and Dunning's Eclectic (OLI) Paradigm: A Case study of Huawei Technologies Corporation's Internationalization Strategy**. Master Dissertation. Lund University. Inglaterra, 2008.

XIAOMI. **Xiaomi Corporation 2022 Annual Results Announcement**. Xiaomi 24 de março de 2023. Disponível em: <https://ir.mi.com/system/files-encrypted/nasdaq_kms/assets/2023/03/24/7-03-22/Xiaomi%20Corp_22Q4_ER_ENG_vF_Upload.pdf> Acesso em: 25 de maio de 2023.